

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 28

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita investigará possíveis fraudes em ajuda a empresas de eventos..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad: há indícios de irregularidades no Perse..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que vai abrir dados sobre incentivos do Perse..... 7

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova tabela para o IRPF muda o valor de isenção..... 9

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Leão não vai mais 'morder' quem ganha até R\$ 2.824..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IR: 15,8 milhões de brasileiros terão isenção..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Ampliação da faixa de isenção reduz desconto no salário do trabalhador..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Correção da tabela do Imposto de Renda cria renúncia superior a R\$10bi até 2026..... 15

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS fechará no Carnaval; veja como solicitar benefícios..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Pode demitir sem justa causa, afirma Moraes..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com reforma, setor de saneamento diz que conta de água pode subir até 18%..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro das Comunicações diz que "big techs" devem ser taxadas..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo admite buscar novos 'players' para financiar Novo PAC..... 20

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda chama setor privado para regulamentação da reforma..... 22

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares querem devolução de MP..... 23

Brasil já colhe frutos da reforma tributária (Artigo) 24

"Supersalários" do Judiciário serão tema da reforma administrativa, diz ministra 25

Setor público tem deficit de R\$ 249 bilhões em 2023 27

Atuar na Previdência é a chave de tudo (Artigo) 28

Dívida pública brasileira está entre as maiores do mundo - MERCADO S/A 29

Dívida pública sobe em dezembro e alcança 74,3% do PIB, diz Banco Central 30

Dívida pública sobe para 74,3% do PIB em 2023 31

Para Campos Neto, "é importante" o governo perseguir déficit zero 32

Déficit nominal fecha 2023 em 8,9% do PIB, o maior do pós-pandemia 33

Alta da dívida bruta tem mais de uma explicação 34

Otimismo para massa de renda maior em 2024 ganha força 36

Aluguel tem maior alta em cinco anos, aponta FGV 38

Indicador de emprego começa o ano com alta de 0,9 ponto 39

Financiamento do BNDES com subsídio não vai voltar, diz Mercadante 40

Queda de ação do Bradesco derruba Ibovespa 41

PIB pode crescer "um pouco acima de 2%" neste ano, diz Campos Neto 43

Quinta-Feira, 8 de Fevereiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dirigentes do Fed afastam chance de corte urgente nos juros..... 44

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Criminalidade e corrupção: maiores problemas do país..... 45

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Poupança tem retirada de R\$ 20 bilhões em janeiro..... 46

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Alta do salário mínimo amplia poder de compra do brasileiro..... 47

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba quanto é o salário mínimo em Portugal, Estados Unidos e outros países..... 48

Receita investigará possíveis fraudes em ajuda a empresas de eventos

A **Receita Federal** vai investigar suspeitas de fraudes no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), confirmou nesta quarta-feira (7) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o Fisco produzirá, nos próximos dias, um relatório com detalhes de quanto cada empresa beneficiada pelo programa deixou de pagar em **tributos**.

A produção do relatório, no entanto, dependerá do fim da greve dos auditores fiscais da Receita. Nesta quinta-feira (8), a categoria, mobilizada há mais de dois meses, fará uma assembleia para discutir uma proposta de acordo oferecida pelo governo.

"A Receita faz uma assembleia amanhã a respeito de uma proposta de acordo para que todos voltem a trabalhar. O problema do bônus [de produtividade aos auditores fiscais] já foi resolvido da parte do governo.

Estamos otimistas em relação ao acordo. Aí, com a volta ao trabalho, com a normalização da Receita, eles vão produzir rapidamente o relatório que eu pedi", declarou Haddad ao deixar o Ministério da Fazenda.

O Perse De acordo com o ministro, o programa, criado para ajudar empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia de covid- 19, custou mais de quatro vezes acima do previsto em 2023. De uma expectativa de R\$ 4 bilhões de renúncia fiscal, as empresas deixaram de pagar cerca de R\$ 17 bilhões em **tributos** apenas no ano passado.

Existe a suspeita de que empresas tenham falsificado cadastros para obterem o benefício.

"Há indícios de que irregularidades aconteceram. Empresas que usaram o CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas] para simularem ser do setor de eventos. Isso está passando por um escrutínio, mas o que nós decidimos fazer foi pedir para a Receita, como de praxe, divulgar os dados por CNPJ [Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas]. Aí, nós vamos dar a público quanto que cada empresa deixou de recolher", explicou o ministro.

Em reunião na terça-feira com líderes da base aliada no Senado, o governo concordou em deixar a revogação do Perse e a limitação de compensações de créditos tributários na medida provisória (MP) que reonera gradualmente a folha de pagamentos. Nesta

quarta, o ministro da Fazenda disse que enviará o relatório ao Congresso para servir de apoio durante a votação da MP.

"O que nós queremos, ao fim e ao cabo, é transparência nos dados para que o Congresso tome uma decisão bem formada sobre o que está acontecendo.

O país não tem R\$ 17 bilhões por ano para investir num programa dessa natureza", ressaltou o ministro. "Agora temos dois caminhos. Primeiro, investigar o que aconteceu no ano passado. Segundo, de botar ordem no programa que cedeu [em renúncias fiscais] mais de quatro vezes aquilo que se esperava", concluiu.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-02-07%2022:14:30.pdf>

Haddad: há indícios de irregularidades no Perse

ALVARO GRIBEL E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA -

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou ontem que a **Receita Federal** investiga indícios de irregularidades no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), voltado ao setor de eventos.

Segundo Haddad, servidores do órgão estão preparando um relatório, que será apresentado nos próximos dias, com o detalhamento de empresas que teriam se beneficiado do programa de forma irregular.

-Não vamos fazer uma caça às bruxas. Mas quem errou vai ser punido na forma da lei -afirmou Haddad.

Um medida provisória (MP) editada no fim do ano passado prevê a revogação do programa, mas enfrenta resistências no Congresso. O Perse oferece benefícios como alíquota zero de **impostos** federais e parcelamento de débitos com redução de até 100% de juros e multas. Ele valeria até o fim de 2027.

Segundo o ministro, esse relatório vai ajudar nas conversas com os parlamentares, ao mostrar que o gasto excedeu a proposta inicial do programa, que era ter uma despesa anual de R\$ 4 bilhões por ano. Haddad afirma que ela chegou a R\$ 17 bilhões: -O programa não pode ter essa dimensão, isso é muito ruim para o país, que não está em condições de gastar esse dinheiro, desperdiçar, diante de quadro que inspira cuidado, de equilibrar as contas, para que os juros caiam e todo mundo possa desenvolver seus negócios e trabalho, gerando emprego.

RECEITA VAI APURAR Haddad disse que o setor de inteligência da Receita foi acionado diante do montante de arrecadação que deixou de ocorrer. Ele afirmou que há indícios de que empresas simularam fazer parte do setor de eventos para obter isenções fiscais, o que será agora investigado. Ele negou, no entanto, que a Polícia Federal esteja envolvida.

-O que a **Receita Federal** faz como rotina é, diante do quadro do Perse, levar os dados para o setor de inteligência, que vai apurar possíveis irregularidades. E há indícios de que isso aconteceu. Empresas que usaram o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) para simular ser do setor de eventos, e

não eram, isso está passando por um escrutínio -disse o ministro.

Segundo Haddad, a Receita vai divulgar os dados das empresas beneficiadas por CNPJ: -E aí vamos tornar público quanto cada empresa deixou de recolher, alegando ser beneficiária do programa. Isso vai deixar claro que não foram R\$ 4 bilhões, como se estimava, foi superior a R\$ 16 bilhões, e isso vai ser levado ao Congresso - afirmou. - O que nós queremos, ao fim e ao cabo, é transparência nos dados para que o Congresso tome uma decisão bem informada.

Em meio às tensões com parlamentares, Haddad chegou a desmarcar duas reuniões para discutir o Perse.

Os deputados federais Felipe Carreras (PSB-PE) e Renata Abreu (Podemos-SP), e a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), haviam pedido uma reunião com o ministro.

Marcada para terça-feira, foi remarçada para ontem, mas acabou cancelada. O objetivo, segundo os parlamentares, era entender as acusações de fraude e propor um formato que permita manter o Perse pelo menos até o ano que vem.

- Sentimos as portas fechadas para o diálogo - disse Carreras.

A Fazenda afirma que os cancelamentos se deveram a problemas na agenda do ministro e nega que as portas para o diálogo estejam fechadas.

DEMANDA POR INFORMAÇÕES O setor de eventos afirma que não foi informado sobre as acusações. Representantes defendem que as supostas fraudes sejam apuradas, mas sem a paralisação do benefício. Eles admitem ser necessária uma reformulação do Perse, mas querem participar dos debates.

-Os fatos que temos dão sustentação aos números originais do programa. Se há algo diferente, quem tem as ferramentas para visualizar é a Fazenda. Precisamos dessas informações para ver se é caso de fazer ajustes - disse Doreni Caramori, presidente da Associação Brasileira das Produtoras de Eventos (Abrape).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad diz que vai abrir dados sobre incentivos do Perse

Guilherme Pimenta, Gabriela Pereira, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Edna Simão

Em meio à reação na Câmara dos Deputados à decisão do governo de acabar com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quarta-feira (7) que pretende tornar pública a investigação da **Receita Federal** sobre irregularidades no uso dos incentivos fiscais da medida. Segundo o ministro, o Fisco divulgará dados de empresas que se beneficiaram da medida. Ele negou que a iniciativa seja uma "caça às bruxas", mas afirmou ser necessário pôr "ordem no programa".

Haddad vem sendo cobrado por parlamentares por mais informações, após revelar, em conversas reservadas com lideranças do Congresso, que o governo suspeita de irregularidades no Perse, que conta com apoio de ampla maioria da Câmara dos Deputados, Casa com a qual o Executivo tem tido atritos.

Nessa quarta-feira, congressistas que defendem a manutenção do Perse afirmaram que até aceitam rever as regras para limitar a renúncia de receita, mas exigem antes que o Ministério da Fazenda abra os dados da arrecadação para comprovar que a perda de recursos foi superior ao inicialmente estimado. A Fazenda sustenta que a renúncia fiscal com o programa ficou entre R\$ 17 bilhões e R\$ 32 bilhões, valor superior aos R\$ 4,4 bilhões previstos.

Segundo Haddad, um dos tipos de fraude investigados envolve o uso do programa por empresas que simulam ser do setor de eventos e, portanto, não poderiam ser beneficiadas. Por isso, a Receita divulgará os dados por CNPJ das empresas que recorreram à medida, desenhada para apoiar setores afetados pela pandemia de Covid-19. O ministro afirmou que o governo apresentará um relatório ao Congresso.

"Há indício de que isso aconteceu", respondeu o ministro quando questionado sobre lavagem de dinheiro e sonegação fiscal no programa. "Não se trata de caça às bruxas. Quem errou, será punido na forma da lei. Se trata de mostrar que o programa não pode ter essa dimensão", argumentou Haddad, lembrando que as estimativas do Fisco apontam para uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 17 bilhões, mais que os

R\$ 4,4 bilhões estimados para a medida.

Haddad não citou exemplos de como o Perse seria usado para lavagem de dinheiro. Segundo uma fonte especializada ouvida pelo Valor, uma forma de se beneficiar do Perse para cometer esse crime seria a ampliação, sem justificativa aparente, do faturamento.

Parte das empresas desse setor não tem regularidade de receitas (dependem dos eventos realizados) e poderiam utilizar recursos não declarados ou escondidos no exterior para inflar suas receitas. O dinheiro seria legalizado sem pagar **impostos** federais, por estar no Perse, para depois ser distribuído aos sócios como lucro, sobre a qual também não incide tributação.

O Perse garantiu que empresas do setor de eventos não paguem Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS/Pasep e Cofins por cinco anos, até 2026, como forma de ajudá-las a se recuperarem da pandemia. O Ministério da Fazenda, contudo, tenta agora revogar antecipadamente o programa com o argumento de que as empresas já se recuperaram da crise, que o impacto fiscal superou o estimado.

Líder do União Brasil, o senador Efraim Filho (PB) disse que os números precisam ser apresentados ao Congresso antes que a proposta avance e sugeriu a substituição da medida provisória (MP), que tem vigência imediata, por um projeto de lei. "Há espaço para aprimorar o programa. Ninguém tem compromisso com erro ou fraude. Mas não se pode derrubar toda uma política meritória por causa de suspeitas ou de estimativas", disse.

A revogação, de acordo com medida provisória (MP) editada em dezembro, aumentará a arrecadação do governo em R\$ 6 bilhões em 2024 porque a cobrança de IRPJ só voltará em 2025. O setor, contudo, contratou estudo da Tendência Consultoria que, com base nas notas fiscais do primeiro semestre de 2023, estimou que a renúncia de receita anual será de R\$ 6,4 bilhões.

Um ato de empresários nessa quarta-feira na Câmara em defesa da manutenção do Perse reuniu deputados de diversos partidos, do PT ao PL. Eles tentaram marcar reunião com Haddad para discutir os números

e negociar, mas o ministro frustrou as expectativas e não os recebeu.

Autor do projeto do Perse, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), disse que o encontro foi marcado e desmarcado duas vezes.

Em reservado, parlamentares dizem que, se o valor de fato superar os R\$ 4,4 bilhões combinados inicialmente, há espaço para fechar brechas. Tudo ainda precisará ser negociado, mas algumas possibilidades são restringir a empresas de menor faturamento e cortar, por exemplo, resorts e hotéis de luxo, ou locadoras de veículos. Atualmente, há 44 atividades beneficiadas pelo Perse.

"Uma coisa que é muito clara para todos nós: quando o cachorro está com pulga, a gente mata a pulga e não o cachorro", disse o deputado Pedro Aihara (PRD-MG) durante o ato.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1)**

Nova tabela para o IRPF muda o valor de isenção

O governo federal determinou um novo aumento da faixa de isenção da cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A isenção passará a valer para pessoas físicas que recebam uma remuneração mensal de até R\$ 2.824, o que corresponde ao valor de dois salários mínimos, vigorando desde o dia 1º de janeiro.

A decisão, que passa a valer neste mês de fevereiro, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União no final da noite de terça-feira.

As regras da correção estão na Medida Provisória 1.206/2024. O Ministério da Fazenda detalhou ainda em **comunicado** que o governo está alterando a primeira faixa da tabela progressiva mensal do IRPF, com elevação do limite de aplicação da alíquota zero em 6,97%. Assim, o valor hoje vigente passa de R\$ 2.112 a R\$ 2.259,20. "O contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824 mensais será beneficiado com a isenção porque, dessa renda, subtrai-se desconto simplificado de R\$ 564,80, resultando em base de cálculo mensal de R\$ 2.259,20, ou seja, exatamente o limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela", assinalou a pasta. No caso de quem vai pagar imposto, a nova regra será aplicada a partir do ano que vem, quando o contribuinte fará a declaração de 2024. Entretanto, o valor mensal a ser descontado na fonte já é o da nova tabela, conforme informou a delegada da **Receita Federal** em Porto Alegre, auditora- fiscal Anelise Hackbart Porn. Veja as tabelas nos Indicadores, no rodapé da página.

A isenção deverá alcançar 15,8 milhões de brasileiros, segundo a Fazenda. A pasta também divulgou estimativas de redução de receitas com a nova medida: R\$ 3,03 bilhões em 2024, R\$ 3,53 bilhões em 2025 e R\$ 3,77 bilhões em 2026.

Este é o segundo aumento da faixa de isenção da cobrança do IRPF desde o início do governo Lula. O teto de isenção estava congelado no valor mensal de R\$ 1.903,98 desde 2015 e foi elevado a R\$ 2.640 em maio de 2023, passando agora a R\$ 2.824. Em recente evento em São Bernardo do Campo, Lula reafirmou a promessa de campanha sobre isentar quem ganhasse até R\$ 5 mil mensais.

Este valor, porém, deve ser alcançado de forma gradativa.

DESCONTO

O contribuinte com rendimento de até R\$ 2.824 mensais será beneficiado com isenção porque, dessa renda, retira-se o desconto simplificado de R\$ 564,80, resultando em uma base de cálculo mensal de R\$ 2.259,20, ou seja, "exatamente o limite máximo da faixa de alíquota zero da nova tabela", afirma **comunicado** da Receita.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163182&edicao=10982>

Leão não vai mais 'morder' quem ganha até R\$ 2.824

Letícia Lopes leticia.lopes@oglobo.com.br

O governo federal publicou a medida provisória que atualiza a faixa de isenção e zera a cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824). Segundo a União, 15,8 milhões de pessoas não pagarão nada ao Leão, 1,2 milhão a mais do que antes da mudança, que já entrou em vigor, ou seja, passa a valer no salário do trabalhador referente a fevereiro, que será depositado até o quinto dia útil de março. No entanto, não há alteração na próxima declaração do IRPF, que se refere a 2023.

Confirmada no fim do mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ampliação para quem ganha até dois salários mínimos, apesar de não mexer em outras faixas de contribuição, beneficia todas as pessoas que recolhem mensalmente, já que o imposto é progressivo e incide de acordo com faixas do salário para o Leão.

A pedido do EXTRA, o Sindicato Nacional dos Auditores- Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional) calculou os valores a serem recolhidos a partir do reajuste na tabela para quem recebe R\$ 3 mil, R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 15 mil por mês (veja ao lado).

O governo utilizou dois fatores para ampliar a isenção. A primeira faixa da tabela do Leão, para a qual não há cobrança de imposto, passa para R\$ 2.259,20. Até o ano passado, era de R\$ 2.112. É essa correção que acaba tendo reflexo imediato para todos os contribuintes, independentemente de seus rendimentos. Além disso, para garantir que quem recebe até dois mínimos não tenha desconto, será aplicado também um abatimento extra no recolhimento do imposto, que pode chegar a até R\$ 564,80. Na prática, quem ganha R\$ 2.824 ficará isento.

O desconto de R\$ 564,80 é opcional, ou seja, quem tem direito a descontos maiores pela legislação atual (previdência, dependentes, alimentos) seguirá usufruindo de um abatimento maior.

Defasagem cai, mas ainda é de mais de 152%

Com a medida do governo, a defasagem média da tabela do Leão deve cair em 1,08%. O cálculo foi feito

pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional), com base na **inflação acumulada** no ano passado.

Mesmo assim, segundo a entidade, o valor ainda está da isenção ainda está 152,91% do que deveria, levando em conta números de 1996. Antes da ampliação da faixa, a defasagem era de 153,99%.

A análise leva em consideração que a correção apenas na faixa de isenção. Em 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda era equivalente a nove salários mínimos.

De lá para cá, o piso teve ganhos reais sem a correção correspondente da tabela, nem mesmo pela **inflação**.

"O aumento do desconto e do reajuste percentual aliviam a situação dos mais pobres.

Por outro lado, a classe média assalariada, que historicamente vê seu imposto de renda aumentar pela insuficiência da correção, precisa que a tabela seja reajustada em níveis compatíveis com a **inflação acumulada** desde 1996", afirmou, em nota, Isac Falcão, presidente do Sindifisco.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

IR: 15,8 milhões de brasileiros terão isenção

LUANA PATRIOLINO E RAFAELA GONÇALVES

O governo federal prevê que 15,8 milhões de brasileiros deixarão de pagar o Imposto de Renda (IR) com a Medida Provisória (MP), publicada em edição extra do Diário Oficial da União, na noite de terça (6/2), que isenta quem ganha até dois salários mínimos, ou seja, R\$ 2.824 por mês.

A possibilidade das pessoas com essa renda pagarem o imposto surgiu após o aumento do ganho real do salário mínimo. Antes, o teto de isenção estava em R\$ 2.640. O valor correspondia a duas remunerações do ano passado. No entanto, com a correção, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412 neste ano, quem recebia menos de dois salários teria de pagar o tributo.

"Este é o segundo aumento da faixa de isenção da cobrança do Imposto de Renda do cidadão executado desde o início de governo. Em 1º de maio de 2023, Dia do Trabalhador, entrou em vigor o primeiro ajuste na tabela do IRPF após oito anos, conforme havia sido anunciado e assegurado pelo presidente Lula e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad", diz **comunicado** publicado pelo governo.

A nova tabela entra em vigor a partir da publicação da MP e prevê o aumento da isenção com dois fatores. A faixa oficial passa para R\$ 2.259,20. O contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824,00 por mês será beneficiado, pois, dessa renda, subtrai-se o desconto simplificado, de R\$ 564,80.

O desconto é opcional, ou seja, quem tem direito a descontos maiores pela legislação atual (previdência, dependentes, alimentos) não será afetado. O governo federal estima uma redução de receitas de R\$ 3,03 bilhões em 2024; de R\$ 3,53 bilhões em 2025 e de R\$ 3,77 bilhões em 2026.

ir na fonte A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) alerta que a cobrança de Imposto de Renda na fonte sobre os prêmios líquidos pagos aos ganhadores de apostas esportivas e jogos on-line tem o potencial de atrair apostadores para sites ilegais.

O tema deve ser apreciado pelo Congresso Nacional, na volta do recesso parlamentar, quando forem votados os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei 14.790, aprovada no fim do ano passado, que regulamentou a atuação das bets no Brasil.

À reportagem, o setor argumentou que, caso sejam

mantidos os vetos aos trechos que previam o recolhimento anual do imposto, outra possível consequência para o país seria a frustração da arrecadação com o setor, uma vez que não há recolhimento de **impostos** em jogos feitos no mercado ilegal.

A ANJL defende que a alíquota de 15% do Imposto de Renda sobre os prêmios dos ganhadores seja recolhida por meio da declaração feita anualmente pelo contribuinte.

"duplo benefício" "Dessa forma, a tributação anual traria um duplo benefício para o país, evitando a fuga de apostadores para sites ilegais de apostas e eventuais questionamentos jurídicos sobre a retenção na fonte, o que pode comprometer a própria meta de arrecadação da União com o setor", disse o presidente da associação, Wesley Cardia.

Na última semana, o Ministério da Fazenda criou a Secretaria de Prêmios e Apostas, que cuidará da regulamentação e fiscalização das apostas esportivas de quota fixa, conhecidas como bets, e os jogos on-line. De acordo com a pasta, a secretaria será responsável ainda por autorizar a distribuição de prêmios, brindes, exploração de loterias, ações de combate à lavagem de dinheiro, monitoramento do mercado e prevenção ao jogo compulsivo.

A medida tributa empresas e apostadores e define regras para a exploração do serviço, além de determinar a partilha da arrecadação. A lei abrange apostas virtuais, apostas físicas, eventos reais de temática esportiva, jogo on-line e eventos virtuais.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/02/2024/p1>

Ampliação da faixa de isenção reduz desconto no salário do trabalhador

LETÍCIA LOPES *leticia.lobes@oglobo.com.br*

A ampliação da faixa de isenção de Imposto de Renda (IR) para até dois salários mínimos (R\$ 2.824) vai impactar o desconto na folha salarial dos trabalhadores.

Baseado na mudança, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional) calculou os valores a serem recolhidos por quem recebe diferentes salários entre R\$ 2.824 e R\$ 15 mil por mês (veja quadro ao lado).

A primeira faixa da tabela do IR, para a qual não há cobrança de imposto, passa para R\$ 2.259,20. Até o ano passado, era de R\$ 2.112.

Além disso, para garantir que quem recebe até dois mínimos não pague IR, será aplicado um abatimento extra de R\$ 564,80.

O desconto de R\$ 564,80 não é automático, ou seja, quem tem direito a abatimentos maiores na folha de pagamento pela legislação atual (**INSS**, dependentes) seguirá usufruindo da dedução maior.

IMPOSTO PROGRESSIVO O governo não mexeu nas demais faixas do IR, mas todos os contribuintes devem ser beneficiados, já que o imposto é progressivo. Quem recebe R\$ 5 mil, por exemplo, não paga imposto sobre a parcela do salário que corresponde ao teto de isenção.

Atualmente, segundo o Sindifisco Nacional, esse contribuinte recolhe R\$ 354,47 e, com a mudança, vai deduzir R\$ 335,15.

"Hoje, quem recebe R\$ 2.824 mensais bruto e opta pelo desconto padrão recolhe R\$ 13,80 de IR mensais. Com a mudança, deixará de pagar. Já as demais faixas poderão optar pelo desconto mais benéfico (previdência + demais descontos permitidos em lei) ou desconto padrão, sendo que todas as faixas de renda terão economia", explicou, em nota, o sindicato.

Com a nova tabela do IR, 15,8 milhões de trabalhadores não vão pagar o imposto.

As mudanças passam a valer no salário referente a fevereiro, ou seja, depositado até o quinto dia útil do

mês de março.

A defasagem média da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve cair em 1,08% com a ampliação da faixa de isenção do IR, calcula o Sindifisco Nacional, com base na **inflação** acumulada no ano passado.

Levando em consideração os resíduos acumulados desde 1996, quando acabou o reajuste automático, a defasagem acumulada da tabela passa a ser de 152,91%, ante 153,99% em dezembro de 2023.

A análise leva em consideração a correção apenas na faixa de isenção, sem alterações nas demais faixas.

CLASSE MÉDIA AINDA DE FORA O teto de isenção, que estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015, subiu em 2023 para R\$ 2.640 e, agora, para R\$ 2.824.

Em 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda era equivalente a nove salários mínimos. De lá para cá, o piso teve ganhos reais sem a correção correspondente da tabela, nem mesmo pela **inflação**.

Segundo o Sindifisco Nacional, a medida afeta, principalmente, quem detém os menores salários.

"O aumento do desconto e do reajuste percentual alivia a situação dos mais pobres. Por outro lado, a classe média assalariada, que historicamente vê seu Imposto de Renda aumentar pela insuficiência da correção, precisa que a tabela seja reajustada em níveis compatíveis com a **inflação** acumulada desde 1996. Do ponto de vista fiscal, acreditamos que isso será possível com a reforma do Imposto de Renda", afirmou em nota o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

De acordo com estimativas da entidade, o reajuste integral da tabela progressiva traria, aproximadamente, mais 14,6 milhões de trabalhadores para a faixa de isenção, praticamente dobrando o contingente que será alcançado com a atual mudança.

Com a publicação da MP pelo governo, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco Nacional) declarou que a medida impacta apenas uma parcela da população, "sem abordar as desigualdades tributárias existentes" e defendeu que,

com essa "abordagem seletiva" torna-se "praticamente impossível" a promessa de Lula de isentar quem ganha até R\$ 5 mil até o final do mandato.

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE A MEDIDA

Quando começa a valer a nova tabela do IR 2024?

Já está valendo e vai ser aplicada no salário do trabalhador no pagamento previsto até o 5º dia útil de março. Ou seja, os rendimentos auferidos em fevereiro com pagamento em março já se enquadram na nova regra.

Quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824) vai pagar Imposto de Renda?

Não. A medida provisória do governo amplia de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20 a faixa de isenção da tabela. Além disso, há o desconto simplificado, mês a mês, de R\$ 564,80. Assim, a isenção, na prática, atinge dois salários mínimos ou R\$ 2.824.

Quantas pessoas deixarão de pagar imposto?

Cerca de dois milhões de trabalhadores.

Somados aos que já são isentos, no total, 15,8 milhões são alcançados pela medida, segundo o Ministério da Fazenda.

As demais faixas serão reajustadas?

Não, o governo manteve as demais faixas do Imposto de Renda.

Mas, como a faixa de isenção foi elevada, todos os trabalhadores serão beneficiados. O aumento da isenção de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20 vale para todos os contribuintes.

Quem ganha R\$ 5 mil, por exemplo, não paga imposto sobre a parcela do salário que corresponde ao teto de isenção.

Atualmente, segundo o Sindifisco Nacional, esse contribuinte recolhe R\$ 354,47 e, com a mudança, vai recolher R\$ 335,15.

A incidência de IR varia sobre o restante do salário de acordo com as faixas. Hoje, na faixa que vai do limite de isenção a R\$ 2.826,65 é aplicada a alíquota de 7,5%. Na faixa entre R\$ 2.826,66 e R\$ 3.751,04, incide a alíquota de 15%, e assim por diante.

Por que o valor de R\$ 564,80 de desconto automático?

Desde o ano passado está vigente a opção de desconto de 25% sobre o valor máximo de isenção.

Ou seja, como o valor de isenção a partir de agora é R\$ 2.259,20, o valor de desconto é R\$ 564,80.

No ano passado, como o limite de isenção era R\$ 2.112, o desconto foi de R\$ 528.

É preciso fazer algo para ter acesso ao desconto?

Na prática, quem ganha até R\$ 2.824 não precisará fazer nada para ser contemplado: deixará de ter imposto retido na fonte e não precisará declarar Imposto de Renda no próximo ano. Ou seja, o contribuinte não terá que esperar a declaração no ano seguinte para pedir a restituição do que foi retido.

Esse desconto é automático?

Para quem ganha até dois salários mínimos, sim. Para o restante dos trabalhadores, vai depender se é vantajoso. Para quem tem direito a descontos maiores na folha de pagamento pela legislação atual (**INSS**, dependentes) a situação não mudará. Para quem ganha R\$ 9 mil, por exemplo, o desconto simplificado de R\$ 564,80 não vale a pena, já que as outras deduções são maiores.

Valerá o que for mais benéfico ao contribuinte.

A mudança terá impacto na declaração de IR deste ano?

Não. A declaração deste ano tem como ano-base 2023. Logo, vale a faixa de isenção que estava em vigor até 31 de dezembro do ano passado, de R\$ 2.112. O novo teto e o desconto automático de R\$ 564,80 entram em vigor em 2024 e terão impacto apenas na declaração de IR feita em 2025.

Quanto o governo vai deixar de arrecadar?

É estimada perda de R\$ 3,03 bilhões em 2024; de R\$ 3,53 bilhões em 2025 e de R\$ 3,77 bilhões em 2026.

A nova faixa de isenção altera o valor de IR pago para MEI?

Quem é MEI tem de fazer mensalmente o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Além disso, será necessário realizar até 31 de maio a Declaração Anual do Simples Nacional. O governo não mudou as regras para o MEI por enquanto. Assim, é isento de IR o microempreendedor individual que recebeu em 2023 rendimentos tributáveis abaixo de R\$ 28.559,70.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Correção da tabela do Imposto de Renda cria renúncia superior a R\$10bi até 2026

Lu Aiko Otta

A correção do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) trará renúncia de receita de R\$ 3,03 bilhões este ano, mais R\$ 3,53 bilhões em 2025 e R\$ 3,77 bilhões em 2026.

A medida foi anunciada na noite de terça-feira, num momento em que a área econômica comemora o desempenho acima do esperado da arrecadação federal.

É, porém, um ajuste pontual, informa fonte. É mais um passo em direção ao cumprimento da promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de isentar as rendas mensais até R\$ 5 mil. Não fez parte das discussões em curso no Ministério da Fazenda a respeito da reforma da tributação sobre a renda, sobre a qual ainda não há decisões tomadas.

A Medida Provisória (MP) 1.206 eleva o limite da primeira faixa de tributação do IRPF de R\$ 2.112 para R\$ 2.259 a partir deste mês. A esse valor, é possível somar o desconto simplificado opcional de R\$ 564,80, para chegar a um limite de isenção de R\$ 2.824, ou dois salários mínimos.

O Ministério da Fazenda destaca que, devido à progressividade da cobrança do Imposto de Renda, contribuintes com rendimentos maiores também são atendidos. A pasta estima que 35 milhões são beneficiados.

Questionada, a Fazenda informou que a legislação não exige a determinação de fonte de receitas para compensar a renúncia de receitas decorrente do aumento do limite de isenção do IRPF. A pasta acrescentou que "vai garantir o cumprimento da meta de resultado primário no exercício." A medida não repõe totalmente as perdas dos contribuintes com a falta de correção da tabela pela **inflação**.

Em nota, a Unafisco Nacional, entidade que representa auditores fiscais da Receita, expressou "profunda frustração" com a MP, pois ela impacta "uma parcela da população, sem abordar as desigualdades tributárias existentes." O presidente da entidade, Mauro Silva, disse que o cumprimento da promessa de Lula é "praticamente impossível" com essa abordagem "seletiva". Lamentou também a falta

de tributação dos dividendos, cuja isenção beneficia os mais ricos.

A renúncia fiscal vem num momento em que a arrecadação federal surpreende positivamente o governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem repetido que a arrecadação de janeiro veio forte. O resultado oficial só deverá ser divulgado por volta do dia 20.

Em dezembro, houve o ingresso de R\$ 3,9 bilhões em receitas do Imposto de Renda cobrados sobre os fundos de investimento exclusivos. A expectativa dos técnicos é que o desempenho tenha se repetido em janeiro.

Além disso, ingressaram em dezembro R\$ 5 bilhões acima do esperado em Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras. Acredita-se que esse desempenho possa ser explicado, ao menos em parte, pelas novas regras de tributação de fundos de investimento. Os números estão sendo depurados.

A partir de maio, são aguardadas as receitas resultantes da tributação dos fundos offshore, outra medida aprovada no fim do ano passado.

Assim, a tributação sobre os ricos abriu espaço para corrigir a tabela do IRPF e para descomprimir a pressão sobre o Orçamento de 2024. Haddad afirmou na terça-feira (6) que espera não ter de lançar mão do contingenciamento de recursos este ano para atingir a meta de zerar o déficit público.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

INSS fechará no Carnaval; veja como solicitar benefícios

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) manterá as agências fechadas no Carnaval, de modo que não haverá atendimento presencial na segunda-feira (12) e na terça-feira (13). O funcionamento será retomado na Quarta-feira de Cinzas, a partir das 14h. O horário de funcionamento da Central Telefônica 135 também será alterado. No sábado (10), e nos dias 12 e 13, o cidadão conseguirá atendimento humano das 7h às 18h. Depois, o atendimento será feito por robô. Na quarta, o serviço volta ao horário normal (das 7h às 22h).

Segundo o instituto, por meio do atendimento telefônico eletrônico é possível obter informações sobre o benefício, horário de agendamento dos atendimentos e sobre o pagamento do benefício. Para quem precisa solicitar benefícios como aposentadoria, pensão ou auxílio-doença, é possível utilizar o aplicativo ou site Meu **INSS**. Por meio da ferramenta, o segurado tem acesso a mais de cem serviços e pode requerer benefícios, emitir extratos, cumprir exigências e agendar atendimento presencial, além de ter a opção de ser atendido pela assistente virtual, que orienta e tira dúvidas sobre serviços e benefícios.

Com esse horário excepcional, o principal serviço a ser interrompido é a perícia médica. No entanto, por se tratar de feriado nacional, a agenda dos peritos já estava organizada para essa pausa, sem que haja prejuízo aos segurados. No entanto, para obter informações sobre agendamento e fazer solicitações de benefícios e serviços, é possível utilizar o Meu **INSS**.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/08-02-2024-edicao247602/>

Pode demitir sem justa causa, afirma Moraes

FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS

BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, na noite de ontem, a favor de validar a possibilidade de demissão sem justa causa de funcionário de empresa pública ou de sociedade de economia mista que seja admitido por concurso público. Enquadram-se nessas categorias de empresas, por exemplo, a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

O Supremo julga se é constitucional ou não esse tipo de demissão, em que não é apresentado um motivo para dispensar o funcionário estatal.

A sessão foi encerrada depois do voto de Moraes, que é o relator do processo. O caso deve ser retomado na sessão de hoje.

O caso tem repercussão geral, ou seja, o que for decidido valerá para todos os casos semelhantes na Justiça. Todos os processos judiciais que discutem a questão estão suspensos até que haja uma definição no STF.

Moraes defendeu a possibilidade de dispensa sem motivo, afirmando que não se trata de uma ação "arbitrária" e que ela pode ser aplicada por "razões de sobrevivência concorrencial".

"Independentemente de como será a saída, motivada ou não, quem demitiu não vai poder escolher livremente para completar aquela lacuna alguém do seu relacionamento. Se for demitido alguém, para esse lugar tem que ter concurso público", afirmou.

O ministro disse que não há relação direta entre a exigência do concurso público para entrar na empresa e a necessidade de motivo para demissão.

"O que a Constituição quis com o concurso foi exatamente ou preferencialmente evitar favorecimento, politicagem, mas não há como se colocar que o fato de se exigir concurso público automaticamente exige motivação para dispensa", declarou Moraes.

O relator também citou que existe uma súmula editada em 2007 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que valida a dispensa imotivada em empresa pública ou sociedade de economia mista

"O mais importante, para retirar a nuvem que fica às vezes, de que permitir a dispensa imotivada, sem justa causa, seria permitir que os novos gestores, que a cada quatro anos assumem as eleições, pudessem modelar a empresa como bem entendessem. Não podem. Porque o concurso público não pode ser afastado. Salvo nas previsões, de cargos e funções de confiança", disse Moraes.

ANALISE

João Paulo Barbosa Lyra.

advogado especialista em Direito tributário

"Prerrogativa de estabilidade não é sinônimo de privilégio"

Os **servidores públicos** no nosso País gozam da legítima prerrogativa da estabilidade para poderem exercer suas funções sem ingerências políticas porventura existentes.

Sob essa finalidade, tanto **servidores públicos** da Administração Direta (órgãos públicos), tanto da Administração Indireta (empresas públicas, sociedades de economias mistas, etc) devem fazer jus à prerrogativa da estabilidade.

Note-se, que prerrogativa não é sinônimo de privilégio. Prerrogativa é um direito especial justificado à determinada função, como no caso dos **servidores públicos** que precisam de ter estabilidade para poderem exercer suas atribuições de forma independente e conforme os ditames da lei.

O fato de as empresas de economia mista e algumas empresas públicas possuírem regimes jurídicos de sociedades empresárias privadas não as diferencia em relação à admissão de seus respectivos funcionários.

Nelas, a admissão se dá por meio de concurso público e, por isso, os respectivos trabalhadores que se esforçaram para alcançar a difícil vaga também devem ter a prerrogativa de estabilidade constitucionalmente prevista.

Com reforma, setor de saneamento diz que conta de água pode subir até 18%

LAVÍNIA KAUCZ LUIZ ARAÚJO BRASÍLIA

Após sofrer um revés na **reforma tributária**, o setor do saneamento básico se movimenta para compensar as perdas por meio das leis complementares que devem ser editadas neste ano. Da forma que está, a previsão é de que haja um aumento de 18% na conta de água, segundo empresas do segmento.

As prestadoras de serviços esperam que os impactos sejam minorados a partir do aumento de créditos tributários para desonerar bens de investimentos das companhias. O governo discute mecanismos de cashback, forma de devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda.

Como o setor não foi incluído em nenhum regime especial, a alíquota deve aumentar de 9,25% para cerca de 27%. Isso porque, hoje, o ICMS e o ISS (**impostos** respectivamente estadual e municipal) não incidem sobre prestadoras de serviços de água e esgoto, mas a reforma estabelece que o setor passará a dever tanto a CBS, que substitui os **tributos** federais (PIS e Cofins), quanto o IBS, que substitui o ICMS e o ISS.

De acordo com o diretor-executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto, o setor está focado em mitigar os impactos por meio da regulamentação da reforma, que será feita por meio de leis complementares e decretos do governo.

Representantes das concessionárias ouvidos pela reportagem apontam algumas opções para a compensação. Uma delas seria a criação do cashback.

O secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, já disse que o governo está decidido a propor o cashback nas contas de água e esgoto e deve formar um grupo de trabalho para discutir o tema.

"O cashback ajuda, é uma realidade, mas pega um estrato da população. Nós também fornecemos água para indústria, comércio", diz o secretário executivo da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), Sergio Gonçalves.

Ele também defende que as leis complementares busquem diminuir as despesas empresariais, por meio de créditos, para manter a capacidade de investimento. O Marco Legal do Saneamento, aprovado em 2020, estabeleceu a meta de universalização dos serviços até o ano de 2033.

CONTRATOS. Outra preocupação é o desequilíbrio dos contratos de concessão. "Para aumentar uma conta precisa rever contratos, que foram feitos em cima de uma tributação que estava válida naquele momento", diz Gonçalves.

O advogado tributarista Luis Cláudio Yukio Vatari, do Toledo Marchetti Advogados, diz ser importante observar que o repasse não é uma questão simples. "As empresas responsáveis pela concessão não têm liberdade para aumentar ou diminuir tarifas conforme o seu custo, isso depende da autoridade local", afirma ele.

Hoje, a regulação é feita de forma descentralizada, por meio de 90 agências estaduais, municipais e inframunicipais.

Segundo Vatari, esse processo pode levar meses ou até anos.

O diretor da Abcon defende que as leis complementares tenham um "mecanismo para que esses contratos tenham um reequilíbrio".

O advogado André Felix Ricotta de Oliveira, doutor em Direito Tributário, diz que o aumento no preço final deverá se dar de maneira gradativa. Isso porque, como a **reforma tributária** será implementada em um processo de transição até 2033, a nova carga tributária será plenamente alcançada após esse período.

"O ICMS e o ISS só serão extintos ao longo dos anos."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Ministro das Comunicações diz que "big techs" devem ser taxadas

FELIPE GELANI felipe.oliveira.rpa@edglobo.com.br

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União-MA), defendeu a taxação das big techs, como são chamadas as grandes empresas digitais - Google, Meta e Netflix, entre outras -, com o objetivo de financiar ações de inclusão digital no Brasil. A declaração foi dada durante o Seminário Políticas de Telecomunicações, em Brasília, na terça-feira.

- O governo federal faz grandes investimentos para manter e ampliar a infraestrutura de telecomunicação do país. Então é justo que essas big techs, que faturam bilhões, deixem uma contribuição no Brasil e que, obrigatoriamente, esses recursos, ou parte deles, sejam revertidos para levar internet aos mais pobres, aos lugares mais longe, onde a iniciativa privada não chega - defendeu o ministro.

De acordo com Juscelino, as big techs não pagam nenhuma contrapartida pelo uso massivo do tráfego de dados na infraestrutura de telecomunicações no Brasil.

Em 2023, o ministro já havia destacado orientação do governo para que o tema da regulação do ecossistema digital fosse tratado no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, onde está a secretaria de Direitos Digitais.

No mercado brasileiro, entre 2017 e 2019, empresas digitais globais com faturamento acima de R\$ 100 milhões pagaram **impostos** entre 8,67% e 11,57%, ante uma taxação média de 19,57% sobre as demais empresas.

Em 2020, a equipe econômica do governo Bolsonaro chegou a discutir o tema.

A intenção do então ministro Paulo Guedes era inserir a discussão sobre a possível tributação das grandes empresas de tecnologia no âmbito da **reforma tributária**, mas a ideia acabou não prosperando.

Durante a transição para o governo Lula, ainda em 2022, o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, que integrou a equipe de transição, afirmou que o governo precisará discutir políticas de tributação para grandes empresas de tecnologia que atuam no país, como o Google e o Facebook.

Na ocasião, lembrou que a Europa criou políticas de tributação das grandes empresas do setor e defendeu que o governo brasileiro discutisse a viabilidade da iniciativa aqui.

A fixação de uma alíquota mínima para a taxação de multinacionais e o estabelecimento de novas regras para a tributação de big techs estão entre as prioridades do Brasil na presidência do G20, o grupo das principais economias globais. O G20 deve discutir a criação de uma taxa mínima de 15% sobre os lucros das big techs, e redistribuir parte dessa receita para países em desenvolvimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo admite buscar novos 'players' para financiar Novo PAC

Renan Truffi

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), disse ontem que o governo está trabalhando para atrair "novos players", como forma de impulsionar o "Novo PAC", como está sendo chamada a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento. Isso porque, segundo ele, a gestão petista percebeu que os atuais players "estão sobrecarregados" para fazer novos investimentos.

"Nós consideramos atrair novos players para projetos de concessão e PPP porque os atuais estão ficando sobrecarregados. Isso não só de rodovias e portos, mas também na área de saneamento, por exemplo", comentou o ministro. "Vários Estados estão modelando o saneamento com concessão integral, parcial ou de PPP para investimento do setor privado", declarou Rui Costa a um grupo de investidores, durante conferência organizada pelo BTG Pactual.

O chefe da Casa Civil explicou que o governo deve fazer um "ajuste fino" nas obras que vão integrar o programa e prometeu aos investidores que o Novo PAC é um planejamento de seis anos e que isso não vai mudar "ao sabor dos eventos políticos".

"Queremos integrar os portos brasileiros através de ferrovias. O PAC é um planejamento de seis anos e que não vai crescer ao sabor de eventos e palanques que autoridades participem. Vamos fazer um ajuste fino [do programa] sempre atraindo investimentos privados", defendeu.

O titular da Casa Civil lembrou que, até hoje, o governo federal "nunca fez uma PPP", as chamadas parceria público-privadas, e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deseja implementar essa modalidade na atual gestão. "Queremos fazer isso [PPP].

Posso dar um testemunho sobre isso: o hospital mais exitoso da Bahia é gerido por uma PPP", contou ao lembrar seu período como governador da Bahia.

"O PAC foi concebido não apenas sobre a lógica do investimento privado. Mas também houve um diálogo com governadores, dialogamos com quem foi eleito pelo povo. Evitamos excesso de pulverização de investimentos e demos prioridade a projetos

estruturantes", complementou.

Ao citar as áreas mais sensíveis, como saúde e educação, o ministro defendeu que o programa de obras também pode ajudar a melhorar problemas sociais. "Há uma captura de jovens para o mundo do crime, por isso o carro-chefe nas obras de educação é a escola em tempo integral." Ainda neste tema, o titular da Casa Civil voltou a enfatizar que é "possível combinar equilíbrio fiscal com investimento", como tem defendido o presidente. Ele aproveitou esse assunto para criticar a gestão do então presidente Jair Bolsonaro por não ter resolvido o problema dos precatórios.

"Saímos de um déficit fiscal enorme da gestão anterior, não pagaram, por exemplo, precatórios. O ajuste fino disso é pouco relevante para investidor de longo prazo. Então precisamos afirmar em letras garrafais que o Brasil e seu governo têm absoluto compromisso com o equilíbrio das contas públicas", concluiu o ministro.

No mesmo evento, Rui Costa disse que o Executivo quer avançar, neste ano, na questão do financiamento do sistema elétrico brasileiro e nos investimentos em energia renovável, mas sem "tanto subsídio".

O "número 2" do governo admitiu, no entanto, que o principal desafio do Executivo em 2024 será o ano legislativo mais curto, já que em outubro deste ano acontecem as eleições municipais, quando são eleitos prefeitos e vereadores.

"Queremos avançar na solução da questão do financiamento do sistema elétrico brasileiro, no seu reequilíbrio, e dar continuidade nos investimentos em energia renovável, que o Brasil lidera. É preciso que [isso] continue avançando, num novo patamar, sem tanto subsídio, mas com a vantagem competitiva que o Brasil conseguiu", defendeu o ministro da Casa Civil.

Como boa parte dos parlamentares deve se concentrar nos pleitos municipais a partir do segundo semestre, o ministro petista defendeu também que a gestão federal faça um esforço para "concluir a regulamentação da **reforma tributária**" e iniciar a "reforma de renda", mas, sobre este último tópico, ele não deu detalhes da proposta.

"O tempo passa rápido e nós buscaremos neste ano - quando temos um ano de apenas seis meses de intenso funcionamento do Legislativo, dada às eleições - concluir a regulamentação da **reforma tributária** e a reforma de renda", explicou.

Governo Lula deseja firmar parcerias público privadas, modalidade ainda inéditas na esfera federal

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1)**

Fazenda chama setor privado para regulamentação da reforma

O Ministério da Fazenda formalizou pedido de sugestões a entidades representativas do setor produtivo para a elaboração da proposta de regulamentação da **reforma tributária**.

O chamado da equipe do ministro Fernando Haddad ocorre após representantes de empresas privadas e congressistas terem criticado a ausência dos contribuintes nos 19 grupos de trabalho técnicos criados para elaborar os projetos de regulamentação.

Em resposta à ausência do setor privado nos grupos do governo, deputados de cinco frentes parlamentares anunciaram.

na semana passada, a criação de colegiados paralelos de discussão da reforma - todos espelhados nos da Fazenda- para também propor um texto de regulamentação.

As frentes avisaram que querem influir no debate quando os três projetos de regulamentação do Executivo chegarem ao Congresso.

Nas mensagens enviadas ao setor privado, obtidas pelo jornal Folha de S.Paulo, o Ministério da Fazenda afirma que a pasta está avaliando ouvir algumas entidades.

Quem desejar formalizar o pedido de participação deve enviar e-mail para o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma Tributação sobre o Consumo, criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para administrar o processo de regulamentação.

Trata-se de um dos temas mais importantes da pauta econômica neste ano no Congresso.

Representantes de 15 setores já pediram para participar das discussões nos grupos de trabalho oficiais. São eles: agronegócio, alimentação, educação, exportadores, comércio, construção e afins, indústria, infraestrutura, petróleo e gás, saneamento, saúde, serviços financeiros, terceiro setor, tecnologia da informação e transportes.

"O setor privado não será almejado da discussão. Ele será chamado no momento oportuno para contribuir para a discussão já nesta fase. E certamente terá

participação durante a tramitação no Congresso", disse à Folha o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Ele antecipou que os grupos já estão demandando uma primeira contribuição por escrito para entidades que demonstraram interesse no debate. Os pedidos - dos começaram a ser enviados na terça-feira (6).

Appy explicou que o primeiro passo da estratégia do governo ao formar os grupos, sem integrantes do setor produtivo, foi harmonizar a posição dos entes federados (União, Estados e municípios), para depois abrir discussão com o setor privado.

O secretário ponderou ainda que o debate técnico precisa olhar todas as dimensões da **reforma tributária** e o seu impacto geral sobre os dois **tributos** recém-criados: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que é federal, e o IBS (**Impostos** sobre Bens e Serviços), de estados e municípios.

"Não adianta discutir regimes específicos e a delimitação do que vai ter na regulamentação sem considerar o efeito sobre o padrão do imposto. As demandas que chegaram até agora ao Ministério da Fazenda são pulverizadas e dizem respeito a pontos específicos de cada setor", disse.

Uma comissão coordenada por Appy vai sistematizar as sugestões dos 19 grupos e definir o escopo geral das propostas a serem apresentadas a Haddad e enviadas ao Congresso. Os grupos têm até o dia 25 de março para apresentar os textos para o ministro.

Promulgada em dezembro, a emenda constitucional da **reforma tributária** deu prazo de 180 dias para o Executivo encaminhar a regulamentação. Mas o governo resolveu antecipar a entrega por causa das eleições municipais, que encurtam o tempo para as votações no Congresso a partir do segundo semestre.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elencou a regulamentação da reforma como prioridade. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/08-fevereiro-2024/10-caderno>

Parlamentares querem devolução de MP

Integrantes de 17 frentes parlamentares como as do empreendedorismo e a da agropecuária divulgaram, na última terça-feira (6), manifesto pela devolução ao Executivo da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamentos.

Como alternativa, caso o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não a devolva, o grupo defende que o texto seja pautado logo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para que seja rejeitado em votação.

Congressistas têm defendido que a reoneração da folha de pagamento e a diminuição da compensação tributária de municípios sejam discutidas com o Congresso por meio de um projeto de lei com urgência constitucional, que dá a cada uma das Casas o prazo de 45 dias para análise.

Iniciada no governo da ex- -presidente Dilma Rousseff, a desoneração de 17 setores da economia acabaria no ano passado e foi prorrogada pelo Congresso Nacional. O presidente Lula (PT) vetou, mas o Legislativo derrubou o ato do mandatário, restabelecendo a desoneração.

Em reação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviou uma nova MP ao Legislativo, com a reoneração gradual da folha de pagamento.

A medida, anunciada por Haddad em 28 de dezembro do ano passado, vale a partir de 1º de abril deste ano.

No texto entregue pelas frentes aos presidentes do Senado e da Câmara, os parlamentares afirmam que o governo tem desrespeitado decisões do Congresso. Reiteraram que Pacheco deve devolver a MP sob o argumento de que o Congresso já deliberou sobre o tema dias antes, ao derrubar o veto do presidente Lula e manter o benefício.

O documento afirma que, "de forma autoritária e antidemocrática e em total desrespeito ao Congresso Nacional, aos pagadores de **impostos**, aos meses de trabalho realizado, aos empregados que possuem sua folha desonerada", o governo federal publicou a MP para reonerar a folha.

"Além de antidemocrática e autoritária, a MP 1202/23 é duplamente inconstitucional.

Primeiro por estarem ausentes os pressupostos de

relevância e urgência, vez que versa sobre matérias recém-deliberadas por ambas as casas do Congresso Nacional, inexistindo qualquer motivação para a alteração normativa via MP", afirmam os parlamentares.

O texto do grupo também criticou a portaria do Ministério do Trabalho que dificulta o trabalho aos feriados e pede a votação do projeto que reverte a iniciativa. Por fim, reivindica participação na elaboração das leis complementares da **reforma tributária**.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-08-02-2024/>

Brasil já colhe frutos da reforma tributária (Artigo)

REGINALDO LOPES

REGINALDO LOPES

É DEPUTADO FEDERAL PELO PT-MG

O Congresso Nacional retomou os trabalhos nessa segunda-feira (5) com uma pauta que tem entre as prioridades a regulamentação da **reforma tributária** (Emenda Constitucional 132) aprovada no ano passado. Mas, independentemente da regulamentação específica, o Brasil já colhe frutos da histórica reforma, aprovada depois de décadas de discussão a indústria automobilística, que anunciou investimentos de R\$ 41,4 bilhões nos próximos dez anos, com o estímulo da melhoria do ambiente econômico propiciado pelo governo Lula e na esteira da **reforma tributária**.

A expectativa é que os preços dos veículos a serem fabricados sob a égide do programa nacional de Mobilidade Verde e Inovação sejam reduzidos ao consumidor em pelo menos 12%. No modelo que vigorou nas últimas décadas, cobrava-se imposto sobre imposto, enquanto no mundo mais de 95% dos países cobram sobre o valor adicionado. Com isso, aqui, os preços dos carros ficavam 20% mais caros.

Os investimentos das montadoras são apenas um dos aspectos positivos das mudanças em curso. Vamos deixar para trás o mais complexo, burocrático e complicado sistema tributário do mundo. Segundo o Banco Mundial, no Brasil, uma empresa de médio porte gasta em média 2.600 horas por ano para cumprir suas obrigações tributárias, mais do que o dobro do segundo pior colocado e cerca de oito vezes a média dos países da OCDE.

É inegável que a grande quantidade de **tributos** existentes, composta por **impostos**, taxas e contribuições de melhoria, nos três âmbitos da Federação, afeta negativamente a competitividade das nossas empresas e trava o crescimento econômico e a geração de empregos. Isso vai ficar para trás. O novo modelo vai melhorar a vida dos brasileiros e a atuação das empresas, com um sistema de **impostos** que proporcionará ganho de eficiência produtiva para os setores econômicos do país.

Superamos as distorções com as mudanças. Era

injustificável um modelo que tomou o Brasil um país caro e cobrava **impostos** demasiadamente de pobres e da classe média, incidindo sobre o consumo. O atual sistema é regressivo, injusto: cobra mais de quem ganha menos e cobra menos de quem ganha mais, pois tributa mais consumo do que patrimônio e renda.

Cobrar imposto do valor acumulado transformou o Brasil numa república primário-exportadora. O acúmulo de **tributos** em cada etapa da produção tirou a competitividade da nossa indústria. Dessa forma, o sistema tributário impôs ao Brasil vender produtos e serviços mais caros ao povo brasileiro. E, com isso, os importados chegaram à economia brasileira e destruíram as indústrias nacionais. O Brasil já teve 4% do **PIB** do mundo e, agora, tem 2,2%.

Com o novo regime tributário, será retirado 80% do custo de produção do país. Significa que o Brasil vai exportar com o valor agregado, com inovação, com tecnologia. Isso resultará, pelo que calculamos, nos próximos dez anos, em 12 milhões de novos empregos para o povo brasileiro. É um marco, um fato histórico, é a reforma mais estruturante pós-redemocratização do país. Todas as outras eram muito conjunturais.

Iniciamos 2024 com esse avanço, resultado do grupo de trabalho que tratou do tema na Câmara dos Deputados, do qual tive a honra de participar como coordenador. Agora, vamos atuar intensamente na tramitação das leis complementares que vão regulamentar a reforma. Vamos conectar o Brasil com o sistema tributário mundial, gerando o crescimento da nossa indústria e emprego e renda para os brasileiros.

"Supersalários" do Judiciário serão tema da reforma administrativa, diz ministra

MARIANA CARNEIRO

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, indicou ontem que a discussão sobre os "supersalários" do Judiciário será um dos temas centrais da reforma administrativa do governo Lula. Em entrevista à Rádio Eldorado, ela disse que, após o carnaval, deverá se reunir com representantes do Legislativo para fazer uma proposta comum que tenha como foco a melhora dos serviços públicos.

Segundo Dweck, é preciso que os representantes dos três Poderes entrem em um acordo sobre os limites **impostos** pelo teto do funcionalismo.

Hoje, a remuneração máxima é de R\$ 44 mil, mas gratificações recebidas principalmente por juízes e membros do Ministério Público - e também por militares - fazem com que o vencimento mensal de muitos servidores ultrapasse o teto, como tem mostrado o Estadão em diversas reportagens.

"É um tema que deveria ser debatido para definir o que entra ou não no teto e possa pacificar essa discussão, porque a gente não acha que há hoje uma visão que contemple os três Poderes de forma correta", disse Dweck. "Servidores do Executivo civil estão todos sujeitos ao teto. De fato, no Judiciário, há combinações de gratificações que não estão sujeitas ao teto e, portanto, ultrapassam o limite." ESCOPO. O tema é espinhoso porque a reforma administrativa que tramita no Congresso e que foi apresentada no governo Jair Bolsonaro (PL) - a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 - não alcança juízes e membros do MP, ficando restrita ao Executivo. Dweck sinalizou nesta semana, porém, a disposição do governo de ampliar o escopo da reforma.

Há um projeto de lei que disciplina o teto do funcionalismo tramitando no Senado - já foi aprovado em 2021 na Câmara dos Deputados. Mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicou que pretende conectar este texto a outro, que vai na direção oposta e amplia as vantagens para juízes, a chamada PEC do Quinquênio, que concede aumentos extras a cada cinco anos para magistrados.

Na entrevista, Dweck afirmou que o governo prefere ver os temas serem tratados de forma apartada. "De

fato, é algo que, a nosso ver, não deveria ser tratado em conjunto. São coisas distintas", disse. "Mas nossa preocupação maior é o respeito ao teto e poder pacificar o que entra ou não no teto para que isso deixe de ser um debate que só surge de vez em quando - quando aparece uma nova gratificação que acaba não sujeita ao teto." Segundo ela, essa dinâmica "acaba sendo uma forma de ampliar remunerações".

"Isso não acontece no Executivo, acontece mais no Judiciário", afirmou.

"PERMANENTEMENTE". Apesar da pressão do Legislativo para trazer a reforma administrativa à discussão, Dweck disse que a intenção do governo não é criar um grande pacote. "Provavelmente não será um grande pacote combinado. Serão uns projetos relevantes que vão ser transformados porque é algo que tem que ser feito permanentemente", disse.

Ela reafirmou que não pretende tratar o tema sob o ponto de vista fiscal, ou seja, de economia de gastos públicos.

"Uma coisa é a revisão dos gastos públicos, que a gente faz de forma permanente", disse.

"Do lado da reforma administrativa, tem uma outra dimensão, que é como o governo melhora a sua capacidade de fazer políticas públicas. São duas discussões que caminham em paralelo.

Uma é a discussão sobre a qualidade do gasto e a outra é como eu melhora a capacidade de o Estado atuar." A ministra da Gestão afirmou que reajustes para servidores do Executivo estão previstos para 2025 e 2026, de 4,5% a cada ano, com o objetivo de conceder aumentos semelhantes aos aprovados pelo Legislativo e Judiciário para seus servidores. Ela não descarta, porém, que o governo antecipe um reajuste para 2024 caso haja aumento extra de arrecadação.

BANCO CENTRAL. Sobre a autonomia orçamentária do Banco Central, proposta pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) com o apoio do presidente da instituição, Roberto Campos Neto, Dweck disse que o governo - que foi pego de surpresa, segundo ela - não começou a avaliar o tema. A ministra afirmou que o caso deve ser analisado de maneira cautelosa.

"Neste momento não tem nada sendo negociado", disse Dweck. "Mudanças institucionais estamos sempre dispostos a discutir, mas são algo para ser pensado de forma bastante cautelosa para entender todos os impactos e dimensões", afirmou.

"Nesse sentido, é uma discussão, na nossa visão, de médio prazo, não algo a ser pensado no curtíssimo prazo como uma resposta a uma discussão que começou a se misturar com o reajuste dos servidores do BC. São coisas muito diferentes que devem ser tratadas de forma diferente", concluiu a ministra.

"É um tema que deveria ser debatido para definir o que entra ou não no teto e possa pacificar essa discussão, porque a gente não acha que há hoje uma visão que contemple os três Poderes de forma correta (...) No Judiciário, há combinações de gratificações que não estão sujeitas ao teto" Esther Dweck Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

*

PARA LEMBRAR

Penduricalhos custaram R\$ 9,3 bilhões em 2023

I Ministério Público

O Estadão mostrou em janeiro que quase metade dos procuradores dos Ministérios Públicos estaduais ganha acima do teto do funcionalismo (R\$ 44 mil). Uma série de penduricalhos faz com que procuradores e promotores recebam até R\$ 200 mil por mês

I Judiciário

O pagamento de indenização de férias levou uma juíza aposentada do Tribunal de Justiça do Rio a receber mais de R\$ 1 milhão em novembro. O holerite foi turbinado com R\$ 791,4 mil por "reparação de férias não gozadas". Outros R\$ 286,4 mil estão ligados à venda de dias de repouso remunerado não usufruídos

I Montante

No Judiciário e no Ministério Público, vantagens às categorias custaram R\$ 9,3 bi em 2023, segundo a Transparência Brasil. A conta inclui auxílio- moradia, licenças compensatórias e gratificação por acúmulo de serviço

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor público tem deficit de R\$ 249 bilhões em 2023

PEDRO PEDUZZI Agência Brasil

O deficit primário consolidado do setor público em 2023 ficou em R\$ 249,1 bilhões, o que corresponde a 2,29% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). O resultado foi diretamente influenciado pela antecipação do pagamento de R\$ 92,4 bilhões em precatórios no mês de dezembro. Só no último mês do ano, o deficit ficou em R\$ 129,6 bilhões.

No mês, o Governo Central (Tesouro, Banco Central e **Previdência Social**) e os governos regionais foram deficitários em R\$ 127,6 bilhões e R\$ 2,9 bilhões, respectivamente. Já as empresas estatais tiveram superavit de R\$ 942 milhões. Os números constam das estatísticas fiscais de dezembro de 2023, divulgadas nesta quarta-feira (7) pelo Banco Central.

Em 2022, o resultado final do ano foi um superavit de R\$ 126,0 bilhões (1,25% do **PIB**), enquanto o mês de setembro fechou com deficit de R\$ 11,8 bilhões.

O peso dos precatórios para o resultado consolidado do setor público em 2023 decorre da decisão do governo federal em pagar os atrasados deixados pelo governo anterior.

Atuar na Previdência é a chave de tudo (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

Causou o maior impacto a divulgação do déficit primário de R\$ 249 bilhões no ano passado e dos redobrados temores de que a meta de zerá-lo a curto prazo já era... Por trás disso, até está o pagamento de precatórios que haviam sido "pendurados" pelo governo anterior, mas o "x" da questão é outro. Sem disposição para atacar o problema central do desastre fiscal, ou seja, os explosivos déficits previdenciários, o novo governo reage com muita conversa mole aos sinais de caos na gestão das finanças públicas brasileiras.

Na verdade, nosso país precisa urgentemente retomar o rumo de quando o **PIB** crescia à média de 7%, em vez do atual e vexatório em torno de 1% ao ano, mas os caminhos abertos para isso não são muitos.

Muita gente da área sabe disso, mas parece fingir que não.

Na fase pré-eleição de Lula da Silva, insisti, e agora volto a fazer isso com bastante ênfase, na importância de o País entender direitinho o elo entre os elevados déficits previdenciários que dispararam nos últimos anos e a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, trazendo, por consequência, a estagnação econômica, sem que o privado se mexa de forma relevante em substituição ao público.

Enquanto o governo, que gasta mais e mais dentro do modelo populista, insiste em aumentar a arrecadação em busca de maiores superávits para acalmar os mercados (e, obviamente, enfrenta a forte oposição dos que pagam essa conta, isto é, os contribuintes), acreditem que, só se arrumarmos as previdências públicas em todas as esferas, abrir-se-á o espaço orçamentário adequado e requerido para investir em infraestrutura - essa, sim, a saída -, pois os demais usos (saúde, educação, assistência social, pessoal ativo, etc.) são praticamente "imexíveis".

No que tange às causas dos déficits previdenciários, o ponto central é que os convencionais regimes de "repartição simples" uma hora simplesmente se esgotam, algo que já aconteceu por aqui. Neles, vão-se retendo contribuições dos servidores todos os meses em percentuais dos salários previstos em lei, como se fossem meros **impostos** pagos por essa

classe que caem no caixa público, classe essa que vai crescendo cada vez menos em face dos progressos tecnológicos e de razões demográficas. Enquanto isso, separadamente, se pagam benefícios previstos em lei, a partir de certo momento, aos servidores que vão envelhecendo cada vez mais devagar (razões demográficas, idem), e com base em salários no pico da vida funcional.

O que fazer? Reformar, reformar, reformar.

Raul Velloso, Consultor econômico

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dívida pública brasileira está entre as maiores do mundo - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Após dois anos em queda, a dívida bruta do setor público voltou a subir em 2023 - primeiro ano, registre-se, do governo Lula. De acordo com o Banco Central, ela equivale agora a 74,3% do **PIB**, totalizando R\$ 8,1 trilhões. Para efeito de comparação, o percentual estava em 71,7% no final de 2022, o que significou na ocasião R\$ 7,2 trilhões. Sob qualquer ângulo que se olhe, trata-se de um dado alarmante. A dívida pública brasileira está entre as maiores do mundo quando se observam os indicadores de economias emergentes. Para se ter ideia, no México o índice é 49% e na Turquia, 32%. Não custa lembrar que o quadro fiscal brasileiro tem piorado. Recentemente, o governo revelou que o déficit primário de 2023 totalizou R\$ 231 bilhões, o segundo pior resultado de todos os tempos. Em situações como essas, uma saída indicada por economistas é cortar gastos. Mas isso, contudo, não parece fazer parte do receituário petista.

"O primeiro ano do governo começou com uma certa cacofonia econômica, mas terminou com o presidente do Banco Central convidado pelo presidente Lula para um churrasco com os ministros. Essa foi a harmonização construída ao longo do ano" -- André Esteves Sócio-fundador do banco BTG Pactual

As vendas de máquinas agrícolas caíram 16% em 2023 em relação a 2022. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), 56,7 mil unidades, como tratores e colheitadeiras, foram vendidas no ano passado. A queda se deve à instabilidade climática, que provocou atrasos nas safras e atrapalhou o planejamento dos produtores.

A Latam começará a operar em 1º de junho a rota Brasília-Santiago. A expectativa da empresa é transportar, em seus três voos semanais, 20 mil passageiros por ano com a nova operação entre Brasil e Chile. Trata-se da segunda rota internacional no Distrito Federal - a outra, Brasília-Lima, foi inaugurada no ano passado.

ECORODOVIAS LANÇA CAMPANHA CONTRA ASSÉDIO NAS ESTRADAS A EcoRodovias lança amanhã a campanha "Assédio, pare" em todas as 11 concessões rodoviárias do grupo, como a EcoRioMinas, Eco135, Eco050, Ecovias do Cerrado e

Ecovias do Araguaia. O objetivo é coibir casos de assédio e agressão principalmente contra operadores de praças de pedágio. Além das peças publicitárias, o grupo contratou uma consultoria para criar protocolos de proteção e reação nessas situações, e vai publicar cartilhas, podcasts, uma web série e posts em suas redes sociais.

UBER TEM PRIMEIRO LUCRO DEPOIS DE ABRIR O CAPITAL Desde que a Uber abriu o capital, em 2019, analistas disseram que a empresa de mobilidade demoraria anos para ser lucrativa. Para surpresa de muitos, a Uber fechou 2023 no azul - e não foi por pouco. Seu lucro no ano passado totalizou US\$ 1,4 bilhão, bem acima das projeções do mercado. O ótimo resultado se deve a uma nova estratégia de negócios, que consistiu em cortar custos e abandonar negócios deficitários, como a divisão de carros autônomos. Não à toa, a cotação das ações dobrou em um ano.

A Justiça de Goiás aceitou nesta semana o pedido de recuperação judicial da Elisa Agro, uma das maiores empresas da chamada "agricultura irrigada" do país. De acordo com o processo, a empresa acumula dívidas de R\$680 milhões. Enquanto a RJ se desenrola, a empresa avalia ofertas para vender o seu controle.

BALANÇA COMERCIAL QUEBRA NOVO RECORDE Depois do recorde alcançado em 2023, a balança comercial brasileira iniciou 2024 quebrando novas marcas. Em janeiro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o superávit somou US\$6,5 bilhões-trata-se do melhor resultado da série histórica iniciada em 1989. No mês, os destaques foram as exportações de soja, que subiram notáveis 191%, e açúcares, com expansão de 89%. O principal comprador do Brasil, mais uma vez, foi a China.

A montadora chinesa BYD se prepara para lançar no Brasil o primeiro carro elétrico abaixo de R\$ 100 mil. Trata-se do Dolphin Mini, que deverá custar R\$ 99,8 mil. O modelo comporta apenas quatro passageiros mas, segundo a empresa, entrega tecnologias não encontradas em veículos vendidos nessa faixa de preço.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/02/2024/p1>

Dívida pública sobe em dezembro e alcança 74,3% do PIB, diz Banco Central

EDUARDO RODRIGUES CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

A dívida pública brasileira subiu no final de 2023. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ficou em R\$ 8,079 trilhões em dezembro, o que representa 74,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 73,8% em novembro.

Segundo o BC, as contas do setor público consolidado - governo central, Estados, municípios e estaduais, com exceção de Petrobras e Eletrobras - acumularam um déficit primário (saldo negativo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) de R\$ 249,124 bilhões em 2023, o equivalente a 2,29% do **PIB**, informou o BC. Em 2022, o resultado havia sido positivo em R\$ 125,994 bilhões.

O número fechado do ano passado é diferente do reportado pelo Tesouro Nacional na semana passada, de um déficit primário de R\$ 230,5 bilhões, ou o equivalente a 2,1% do **PIB**.

Isso ocorre porque a metodologia do BC é diferente da do Tesouro Nacional. O BC não considera como receita, por exemplo, R\$ 26 bilhões de recursos esquecidos em contas do fundo PIS/Pasep.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estaduais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

PICOS. O pico da série da dívida bruta mensal foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do **PIB**.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) também aumentou no último mês de 2023, para 60,8% do **PIB**, ante 59,5% em novembro. A DLSP atingiu R\$ 6,612 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores do que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do País.

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, informou que o déficit primário de 2023 é o maior da série desde 2020, quando somou R\$ 702,940 bilhões (9,24% do **PIB**). Naquele ano, lembrou o técnico, foram criadas várias medidas pelo governo para tentar minimizar os impactos econômicos e sociais da pandemia de coronavírus.

Rocha afirmou que o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) pelo governo determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) impactou fortemente o resultado fiscal de dezembro de 2023, assim como interferiu no déficit acumulado do ano. Ele lembrou que essa conta de precatórios foi responsável pela geração de R\$ 92,4 bilhões em déficit primário. Em dezembro, o rombo fiscal ficou em R\$ 129,573 bilhões.

O déficit fiscal no ano passado ocorreu na esteira do saldo negativo de R\$ 264,533 bilhões do governo central (2,43% do **PIB**). Os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram um superávit de R\$ 17,678 bilhões (0,16% do **PIB**) no período.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dívida pública sobe para 74,3% do PIB em 2023

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

Considerado o mais importante indicador de solvência do governo, a dívida bruta voltou a subir em 2023, depois de dois anos em queda. A dívida chegou a 74,3% do **PIB** em 2023, primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O crescimento foi de 2,7 pontos percentuais na comparação com dezembro de 2022. A última vez que a dívida havia subido foi em 2020, ano da pandemia de Covid-19, na comparação com o ano anterior. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central.

A alta está relacionada com o déficit nas contas públicas no ano passado, quando foi registrado um rombo de R\$ 249,1 bilhões, o que representa 2,29% do **PIB** no chamado setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais (com exceção de instituições financeiras e a Petrobras). Em 2022, o setor público registrou superávit de R\$ 125,9 bilhões.

A alta também está relacionado com as despesas com juros, que totalizaram R\$ 718 bilhões em 2023, ou 6,6% do **PIB**, contra R\$ 586 bilhões do ano anterior.

O déficit de 2023 é o maior desde 2020, primeiro ano da pandemia, quando as contas ficaram no vermelho em R\$ 702,9 bilhões - o maior da série histórica do BC, iniciada em 2001. O resultado do ano passado foi o segundo pior em valores nominais.

O gasto foi inflado pelo pagamento dos precatórios atrasados - classificados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de "calote de Bolsonaro" -, com impacto de R\$ 92,4 bilhões.

Os chamados precatórios são dívidas que precisam ser pagas pelo Estado após determinação judicial e quando não cabe mais recurso.

Especialistas alertam que o problema fiscal brasileiro ainda está longe de ser resolvido.

"Na nossa avaliação, a continuidade da deterioração das contas públicas ao longo do ano, decorrente tanto do aumento do pagamento de juros da dívida quanto da piora do resultado primário, reforça as perspectivas de continuidade do elevado risco fiscal brasileiro nos

próximos anos", destacou a Genial Investimentos em relatório.

Para o analista da área fiscal da XP Investimentos Tiago Sbardelotto, há possibilidade de recuperação no governo federal impulsionada pelas medidas de aumento de receita recentemente implementadas, mas isso pode levar algum tempo e o déficit zero prometido pelo governo para este ano não deve ser atingido.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para Campos Neto, "é importante" o governo perseguir déficit zero

**MARIANNA GUALTER SÃO PAULO EDUARDO
RODRIGUES BRASÍLIA**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que o governo tem de continuar a perseguir a meta de resultado primário zero, ainda que seja difícil alcançá-la. "É importante sempre o equilíbrio entre receitas e gastos, a gente vê que o governo está fazendo uma força", disse. "É muito importante porque tem conexão direta com a taxa de juros e com o processo de queda da taxa de juros." Campos Neto participou do evento Blue Connections, promovido pelo site Meio Mensagem.

A meta de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento dos juros da dívida pública) para este ano é zero, de acordo com o novo arcabouço fiscal aprovado no ano passado. No entanto, a estimativa é considerada pelo mercado como muito difícil de ser alcançada.

Campos Neto disse também que o Brasil, na comparação com os outros emergentes, tem o menor diferencial entre a taxa real de juros e a neutra (que não acelera nem freia a economia).

"O que importa para saber se (a taxa real) tem eficiência ou não no controle da inflação é qual a diferença da taxa para a taxa neutra. Se está acima está freando a economia, se está abaixo, estimulando", disse.

Para ele, a taxa de juros real no Brasil é realmente bastante alta, mas a taxa neutra também, por questões estruturais.

INFLAÇÃO. De acordo com Campos Neto, a inflação de serviços apresentou ligeira piora nas últimas leituras, mas continua dentro do esperado para o processo de convergência. Segundo ele, a inflação de serviços estava caindo em uma velocidade maior do que o esperado, e o BC está tentando identificar, na piora recente dos núcleos, o que deriva de serviços intensivos em mão de obra.

Segundo o presidente do BC, questão dos eventos climáticos está no radar do BC, pelos impactos nos preços.

Em relação à inflação global, o presidente do BC

afirmou que é difícil imaginar que vá cair mais sem uma queda exatamente da inflação de serviços.

Ele associou a inflação relativamente alta de serviços no mundo ao cenário do mercado de trabalho apertado.

Campos Neto ponderou que cada país tem um peso para serviços, mas que, em geral, a inflação do grupo está bastante resiliente. "No mundo emergente está meio embolado, mas com alguns países já no padrão histórico, até um pouco melhor. No mundo avançado, não", disse.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Déficit nominal fecha 2023 em 8,9% do PIB, o maior do pós-pandemia

Estevão Taiar, Alex Ribeiro e Gabriela Pereira

O déficit nominal do setor público consolidado atingiu em 2023 o maior patamar depois da pandemia. Segundo divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o resultado nominal foi negativo em R\$ 967,4 bilhões no ano passado, o equivalente a 8,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No ano retrasado, o déficit tinha sido de 4,57% do **PIB**.

O resultado leva em conta, além dos gastos primários, as despesas com a dívida pública.

Os dados envolvem governo central (formado por Previdência e Tesouro, além do próprio Banco Central), Estados, municípios e estatais. Ficam fora empresas dos grupos Petrobras e Eletrobras, além de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A elevação do déficit nominal em 2023 pode ser explicada justamente pela conta de juros, que no acumulado do ano alcançou R\$ 718,3 bilhões, o equivalente a 6,61% do **PIB**.

Foi o maior patamar desde 2015, quando a conta de juros ficou em 8,37% do **PIB**.

Em 2020, por sua vez, o déficit nominal superou o do ano passado, principalmente por causa dos gastos realizados para combater a pandemia. Na ocasião, o resultado primário foi negativo em 9,24% do **PIB**, contra 2,29%, ou R\$ 249,1 bilhões, em 2023.

O economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, destaca em relatório que o resultado primário do governo central passou de superávit de R\$ 54,9 bilhões em 2022 para déficit de R\$ 264,5 bilhões no ano passado.

Isso aconteceu "não só pela regularização de precatórios (R\$ 92,4 bilhões) e pela queda expressiva de receita extraordinária (concessões, dividendos e commodities), mas também pelo aumento permanente de despesas gerado pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição".

Neste caso, o impacto foi de R\$ 170 bilhões.

Por sua vez, o resultado primário positivo de Estados e municípios saiu de R\$ 64,9 bilhões para R\$ 17,7

bilhões no mesmo intervalo.

O movimento foi "reflexo do impacto em 12 meses da redução de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) aprovada em meados de 2022", o que afetou negativamente a arrecadação dos entes no ano passado.

Serrano calcula déficit primário de R\$ 63 bilhões (0,5% do **PIB**) para o setor público consolidado em 2024. De acordo com ele, as "medidas de arrecadação aprovadas em 2023" devem aumentar o resultado primário, tanto no caso do governo central (com projeção de déficit de R\$ 80 bilhões) quanto no caso dos entes subnacionais (superávit de R\$ 23 bilhões).

"Contudo, como parte do ajuste contratado para 2024 é baseada em receitas extraordinárias e antecipação de despesas, esperamos nova deterioração do resultando do setor público em 2025", afirma.

Conta de juros, com 6,61% do **PIB** no ano, ajuda a explicar elevação do resultado nominal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

Alta da dívida bruta tem mais de uma explicação

Alex Ribeiro

Análise

Mais importante indicador de solvência do governo, a dívida bruta voltou a subir em 2023, pela primeira vez em três anos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram uma alta de 71,7% do Produto Interno Bruto em 2022 (**PIB**) para 74,3% do **PIB** em 2023. Quais são os culpados?

A volta do déficit primário, que ficou em 2,29% do **PIB** em 2023, é o que tem a maior visibilidade, porque é a ferramenta que está mais sob controle do governo e do Congresso para evitar a escalada do endividamento.

Mas não é o único: a **inflação** ajudou bem menos o governo com o seu poder de corroer o endividamento público. Também teve a influência de outros fatores, como uma contribuição menor do BNDES para amortizar a dívida.

Tem mais: na contabilidade da dívida bruta do Banco Central, entram as operações compromissadas, que no fim das contas são um instrumento para gerir o volume de dinheiro em circulação na economia. Fatores que nos anos anteriores contribuíram para conter a expansão de moeda na economia, como operações cambiais, deram uma ajuda menor em 2023.

Em 2022, a União, Estados e municípios haviam registrado superávit primário de 1,25% do **PIB**. Quando têm superávit, os governos pagam pelo menos um pedaço dos juros da dívida, que em 2022 somou o equivalente a 5,82% do **PIB**. O que sobra é o déficit nominal (4,57% do **PIB**), que impacta mais diretamente a dívida pública.

Já o déficit primário de 2,29% do **PIB** de 2023 significa que os governos não separaram dinheiro para pagar os juros - pelo contrário, tiveram que tomar emprestado para pagar despesas.

A isso se soma uma despesa com juros equivalente a 6,61% do **PIB**, e o déficit nominal que impacta a dívida bruta sobe para 8,9% do **PIB**.

O superávit primário de 2022, em boa medida, teve

ajuda da **inflação**.

A variação de 5,8% do IPCA ajudou a arrecadação em um primeiro momento, e chega só depois nas despesas. Em 2023, a **inflação** ficou em 4,62%, e deu uma ajuda menor.

A **inflação** tem um efeito também importante para corroer a dívida bruta, ao turbinar o **PIB** nominal. O crescimento real da economia em 2022 ficou em 3%, não muito diferente dos 2,95% previstos pelos especialistas para 2023. Mas há uma diferença importante nas estimativas para o **PIB** nominal, que avançou 11,8% em 2022 e 7,8% em 2023. Essa diferença se deve, basicamente, ao deflator do **PIB**, ou seja, à **inflação**.

O efeito prático dessa diferença da **inflação** é que, em 2022, a alta do **PIB** nominal teve impacto baixista de 8,2 pontos percentuais na dívida bruta, enquanto que o impacto baixista em 2023 foi de 5,2 pontos percentuais.

Essa diferença de três pontos percentuais fez falta. Em 2023, a dívida bruta subiu 2,7 pontos percentuais. Se a **inflação** tivesse dado no ano passado a mesma contribuição que em 2022, a dívida bruta teria ficado mais ou menos estável.

Outros fatores ajudaram mais em 2022 do que em 2023. Um deles é que, em 2022, o BNDES pagou antecipadamente R\$ 83,2 bilhões de sua dívida com o Tesouro, e o dinheiro ajudou a amortizar dívida. Em 2023, esse pagamento foi de apenas R\$ 6,58 bilhões.

O governo Lula parcelou até 2030 um pagamento de R\$ 22,6 bilhões que deveria ter sido feito em novembro de 2023.

Há um conjunto de motivos que têm mais a ver com fatores monetários.

Os depósitos voluntários, que ficam fora das estatísticas da dívida bruta, subiram 0,71 ponto percentual do **PIB** em 2022. Em 2023, esse impacto foi menor, de 0,18 ponto percentual do **PIB**.

Também há as operações ligadas ao setor externo que afetam o volume de dinheiro em circulação na economia, a chamada base monetária. Os ganhos do

Banco Central com as operações de swap cambial foram maiores em 2022 (R\$ 92 bilhões) do que em 2023 (R\$ 75 bilhões). Os ganhos e perdas de swap estão incluídos nas despesas com juros.

Já as intervenções cambiais em 2022 ajudaram a recolher R\$ 56,6 bilhões no mercado, enquanto que em 2023 provocaram uma expansão de R\$ 78,3 bilhões.

Ou seja, em 2022 baixaram a dívida, ao reduzir a necessidade de o Banco Central recolher dinheiro com as operações compromissadas.

Já em 2023 ajudaram a aumentar a dívida.

Muitos fatores afetaram a dívida, mas o governo não pode fazer muito sobre grande parte deles.

No caso da **inflação**, só as surpresas ajudam a corroer a dívida.

Quando a aceleração inflacionária é conhecida de antemão, os investidores exigem juros do Tesouro mais altos para compensar as perdas. O governo também não tem muito controle sobre as operações cambiais - elas dependem das condições de mercado, que exigem ou não intervenções do Banco Central.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1)**

Otimismo para massa de renda maior em 2024 ganha força

Anaís Fernandes

A continuidade das notícias favoráveis no mercado de trabalho, a nova regra do salário mínimo e, no caso específico de 2024, o impulso com o pagamento dos precatórios têm levado a uma visão mais otimista, entre economistas, para a massa de renda expandida do Brasil nos próximos anos.

O Santander elevou sua projeção para o crescimento da massa real ampliada neste ano de 2,4% para 4,2%. A previsão para 2025 foi de 0,8% para 1,9%. A massa expandida inclui salários, benefícios previdenciários e transferências, como o Bolsa Família.

O tema tem sido destacado pelo Banco Central, dado seu potencial reflexo, por exemplo, sobre a **inflação** de serviços. Na ata da reunião de janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) notou "o aumento da renda das famílias, como reflexo da elevação do salário mínimo, de benefícios sociais e do mercado de trabalho mais resiliente".

Disse que é importante monitorar "com bastante atenção as diferentes variáveis do mercado de trabalho, em particular com um acompanhamento minucioso da dinâmica dos rendimentos reais, que apresentaram maior crescimento nos últimos meses".

A massa de renda ampliada já cresceu 6% em termos reais em 2023, ante 2022, dois pontos percentuais acima do que o Santander estimava em meados do ano passado.

A resiliência do mercado de trabalho foi, segundo o banco, uma das surpresas mais significativas de 2023 e parece haver desdobramentos para 2024.

A baixa taxa de desemprego ao longo de 2023 era argumentada pelo Santander como um reflexo também da taxa de participação reduzida no mercado de trabalho, já que transferências governamentais mais elevadas poderiam estar estimulando pessoas a permanecerem fora da força de trabalho.

Os dados do IBGE de dezembro, no entanto, mostraram que a taxa de participação aumentou impulsionada não pelo crescimento dos desempregados em busca de uma vaga, o que seria esperado caso esses beneficiários estivessem

retornando à força de trabalho, nota o Santander. Em vez disso, o aumento da participação foi explicado pela expansão da ocupação.

"Foi o contrário do que a gente esperava, reforçando o quanto o mercado de trabalho está aquecido.

A foto final de chegada, o ano de 2023 terminou muito forte", diz Felipe Kotinda, economista do Santander e um dos responsáveis pelo estudo sobre massa de renda.

Diante disso, o Santander revisou sua projeção para a taxa de desemprego no fim de 2024 de 9,3% para 8,7%.

Com o aumento dos salários nominais, o processo de desinflação e o avanço da população ocupada, os salários reais (descontada a **inflação**) cresceram 6,3% em 2023, segundo o Santander - em fevereiro do ano passado, a projeção era bem menor, de 2,8%.

Pela nova regra, o salário mínimo será anualmente reajustado pela **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores mais a taxa de crescimento real do **PIB** dos dois anos anteriores ao corrente. O Santander espera que o salário mínimo suba 6,8% em 2025, perto dos 6,9% de 2024.

No estudo, o Santander nota que há uma relação entre reajustes do salário mínimo e o crescimento dos ganhos nominais. O banco estima alta de 6,7% dos salários nominais em 2024 e de 6,6% em 2025. Isso, somado aos pressupostos para **inflação** e população empregada, levou a um aumento das estimativas para o avanço da massa salarial real de 1,7% para 3,9% em 2024 e de 1,4% para 2,8% em 2025.

O Santander incluiu ainda no seu cenário um impacto positivo de 0,9 ponto percentual dos precatórios na massa de renda real ampliada, o que deve se traduzir em um impulso de 0,2 a 0,3 ponto percentual para o **PIB** deste ano.

Em relação aos benefícios sociais, o cenário do Santander não inclui ajustes no total orçado, por exemplo, para o Bolsa Família, mas os economistas do Santander reconhecem que o pagamento médio pode aumentar caso haja uma focalização do número

de beneficiários, principalmente em relação às chamadas "famílias unipessoais".

Em janeiro deste ano, o Bolsa Família cobria 21,1 milhões de famílias, com um benefício médio de R\$ 685, segundo o Santander.

Dados do Bradesco indicam um mercado de trabalho formal ainda bastante forte em janeiro, o que levou o banco a revisar para cima suas premissas para salários.

Isso, somado às demais transferências, deve fazer a renda disponível para consumo crescer 5% em termos reais, estima a equipe liderada por Fernando Honorato Barbosa.

Além dos precatórios, o Bradesco aponta que o avanço das operações de crédito do sistema financeiro, com redução da taxa de inadimplência, também tende a contribuir positivamente.

"Uma novidade, que acho que está ganhando um pouco mais de fôlego, é a recuperação do crédito da pessoa física. A foto não é tão legal, mas estamos deixando os piores momentos para trás", diz Marco Caruso, economista chefe do PicPay. Ele acaba de elevar sua projeção para o **PIB** em 2024 de 1,3% para 1,8%, destacando, entre outras coisas, a força do consumo.

A nova regra para o salário mínimo, que não tem prazo de validade, como chegou a ocorrer em governos petistas passados, também levou o Santander a aumentar sua projeção para a evolução da massa de renda estrutural - isto é, a partir de 2026 - de 1,4% para 2%.

Se, por um lado, a regra traz um viés altista para as projeções de **PIB** do Santander, por outro também reforça o cenário do banco de uma **inflação** mais perto de 4% no longo prazo, dada a relação entre esses preços e os salários, aponta Ítalo Franca, economista do Santander e coautor do estudo. Deve surgir também, segundo ele, alguma pressão sobre o Custo Unitário do Trabalho (CUT), que relaciona salários reais médios e a produtividade da economia.

"Vai ter mais massa, provavelmente, vai ter mais impulso ao consumo. Nossas projeções de **PIB** têm viés de alta. Por outro lado, podemos ter um pouco mais de **inflação** e mais despesas", diz Franca, citando como exemplo pressões sobre os benefícios da Previdência.

Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, tem chamado atenção há um tempo não só para o crescimento da massa de rendimentos do

trabalho, captada pelo IBGE, mas também dos agregados mais amplos de renda das famílias do Banco Central.

A despeito dos fortes crescimento interanuais, a fatia da renda do trabalho no **PIB** não voltou inteiramente ao pré-pandemia, observa.

Os rendimentos escalaram, mas o **PIB** também, aponta Montero.

Uma maior normalização da participação dos rendimentos, após relevantes perdas com a crise sanitária, passa, segundo ele, por **inflação** de rendimentos e preços intensivos em trabalho, durante um tempo, acima dos índices gerais e da produtividade.

Por quanto tempo o mercado de trabalho conseguirá permanecer forte sem alimentar a **inflação** é um enigma, reconhece o Santander.

Estímulos do lado da demanda poderão ajudar a criar uma tendência positiva para o **PIB** no curto prazo, mas, a médio prazo, é o avanço em uma agenda de produtividade que poderá gerar um crescimento mais sustentável sem pressões inflacionárias, apontam os economistas do banco.

"Dados recentes até mostraram um aumento da produtividade, mas extrapolar isso para o longo prazo ainda parece um pouco difícil", afirma Franca.

"Recuperação do crédito à pessoa física pode ganhar fôlego" Marco Caruso

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

Aluguel tem maior alta em cinco anos, aponta FGV

Alessandra Saraiva

A variação mensal média do aluguel apurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou em janeiro patamar recorde. O Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar) subiu 4,34%, após cair 1,16% em dezembro de 2023, a maior taxa desde série do indicador, iniciada em janeiro de 2019, informou ontem a FGV.

Um movimento de aquecimento no mercado de locação, por cenário de demanda maior do que oferta, levou ao resultado, segundo André Braz, economista da FGV.

Ele destacou que, de dezembro para janeiro, três das quatro capitais usadas para cálculo do indicador mostraram fim de queda de preços. Foram os casos de São Paulo (de -1,62% para 3,66%), Rio de Janeiro (de -3,30% para 1,29%); e Porto Alegre (de -0,10% para 9,86%). A única capital que registrou queda foi Belo Horizonte (de 0,68% para -0,16%).

Braz explicou que o atual patamar elevado de juros tem aquecido mercado de locação nas capitais.

Ele comentou que, mesmo com trajetória de corte na taxa básica de juros (Selic), iniciada no ano passado, os juros de mercado ainda não "acompanharam" a Selic menor. "Isso demora.

Um corte na Selic tem defasagem de seis meses a oito meses [na economia real]" comentou.

Isso faz com que juros de mercado, incluindo as de financiamento imobiliário, continuem a operar em patamar elevado, notou. "Temos vivido um período de maior aquecimento no aluguel residencial porque a taxa de juros está alta, e o financiamento [imobiliário] caro" disse, a notar que, por enquanto, quem pensa em comprar imóvel via financiamento prefere esperar e recorrer à locação. "A procura por imóveis para alugar continua aquecida" resumiu.

A disparada no preço da locação em janeiro fez com que a taxa em 12 meses do Ivar até janeiro acelerasse de 7,46% para 7,60%. Foi a maior taxa desde junho de 2023 (7,96%), informou o economista da FGV.

Para o técnico, a manutenção de patamar elevado em

variação de aluguel, no acumulado em 12 meses, é preocupante. Ele lembra que a variação do aluguel representa 10% da evolução de preços livres do país - justamente o dado que o Banco Central (BC) mais acompanha quando quer decidir se vai reduzir ou não a taxa Selic.

Tendo em vista a defasagem longa do efeito da Selic menor nos juros de mercado, principalmente nos de financiamento imobiliário, o especialista acha difícil a diminuição do Ivar no curto prazo.

"Creio que o Ivar continue acelerando, com viés de manutenção de taxa em torno de 7% em 12 meses, por alguns meses, pelo menos até o fim do primeiro trimestre" disse.

Para o técnico, somente no segundo semestre seria possível menor variação do preço do aluguel pelo indicador da FGV. Isso porque, nos últimos seis meses do ano, os juros da economia real devem sentir mais os efeitos da Selic menor, salientou. O impacto deve chegar até os juros de financiamento para imóvel, comentou Braz.

A tendência é que, com a redução da taxa de juros para a aquisição da casa própria, aumente o interesse pelo financiamento de imóvel. E, com isso, esse quadro poderia conduzir a uma menor demanda por aluguel - o que ajudaria a derrubar a **inflação** da locação, afirmou o economista.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

Indicador de emprego começa o ano com alta de 0,9 ponto

Alessandra Saraiva

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) subiu 0,9 ponto em janeiro, para 78,2 pontos, maior patamar desde outubro de 2022 (79,8 pontos), informou ontem o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

Para Rodolpho Tobler, economista da fundação responsável pelo indicador, o resultado sinaliza "crescimento moderado" do emprego, em 2024.

No entendimento do especialista, a elevação do indicador, a segunda consecutiva, reflete visão do empresariado, no começo do ano, de que os negócios operam melhor, no início de 2024, ante ano passado.

A alta do IAEmp em janeiro foi impulsionada por três de sete componentes do indicador.

Tobler detalhou que, dos componentes usados para cálculo do IAEmp, os que mais contribuíram para saldo positivo do índice foi tendência dos negócios da indústria e tendência dos negócios de serviços.

Os dois tópicos tiveram altas respectivas de 0,9 ponto e de 0,8 ponto, em janeiro. E, no caso de serviços, esse setor é o maior empregador da economia, lembrou o economista.

Embora tenha classificado o resultado do IAEmp em janeiro como positivo, o técnico fez uma ressalva. "O patamar do IAEmp ainda está muito baixo" notou ele. O quadrante favorável do indicador é de 100 pontos, afirmou o economista. "Se tivéssemos um patamar de pelo menos 85 pontos seria melhor" notou.

"É preciso cautela [com a alta do IAEmp]", disse.

Outro aspecto mencionado pelo economista da FGV é o fato de que, embora as tendências de negócios aparentem bons sinais, no começo de 2024, a expectativa é que a atividade econômica do país não cresça tanto neste ano quanto o estimado para 2023.

No boletim Focus do Banco Central divulgado nesta semana, as projeções são de alta de 1,60% para o Produto Interno bruto (**PIB**) em 2024.

Estimativas de mercado apontam que a economia, ano

passado, mostrou crescimento próximo a 3%. O resultado final do **PIB** brasileiro em 2023 será divulgado pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1o de março.

Os empresários só contratam mais quando sentem melhora na economia e na demanda interna, comenta o economista da FGV.

Caso as expectativas sejam de expansão mais contida, nesses dois indicadores, o mesmo deve ocorrer com ímpeto de abertura de vagas, ponderou.

Assim, no entendimento de Tobler, existe no momento um ambiente macroeconômico mais favorável de contratação.

Mas, esse cenário não implica, necessariamente crescimento mais forte tanto da economia quanto do emprego, explicou o responsável pela pesquisa.

"Podemos dizer que 2024 vai ser bom mas não vai ser espetacular para crescimento econômico e para o emprego", resumiu ele.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

Financiamento do BNDES com subsídio não vai voltar, diz Mercadante

Juliana Schincariol

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse ontem que o modelo da instituição que havia no passado, de financiamento com subsídios, não vai voltar. Os projetos atuais neste modelo são relacionados ao Plano Safra, acrescentou, ao participar de evento do BTG Pactual.

"A instituição mais transparente do Brasil hoje é o BNDES, aquela névoa da caixa-preta hoje é um aquário. Isso tem que ser feito porque é um banco público, tem que ter prestação de contas", afirmou o executivo.

Mercadante se mostrou otimista com os indicadores econômicos brasileiros, citando, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e a retomada do Ibovespa aos 130 mil pontos.

"Vários indicadores mostram que o Brasil está vivendo uma janela histórica de oportunidades, espero que a gente não desperdice como nas Olimpíadas [de 2016] e na Copa [de 2014]." Ainda segundo o presidente do BNDES, "todos os países importantes" do mundo estão fazendo suas políticas industriais, um momento de protecionismo global. Mercadante também disse que o Brasil tem que disputar investimentos e que o ambiente macroeconômico positivo é o primeiro movimento.

Com relação às oportunidades no projeto de "neointerindustrialização", segundo o presidente do BNDES, o Brasil tem vantagem competitiva em momento de transição para economia sustentável.

"Podemos atrair investimentos da Europa e os que estão saindo da China, buscando matriz energética limpa", disse.

Mercadante acrescentou que todos os investimentos em equity do BNDES foram feitos com fundos privados em 2023.

"A gente entra com até 25% e selecionamos gestores. As parcerias que fazemos com fundos são para entrar em nichos estratégicos", afirmou. Mercadante lembrou que há pressão para vender as participações em empresas.

"As nossas ações que estão maduras estamos prontos para desinvestir, desde que tenhamos um projeto bom para entrar", afirmou.

Ao citar as perspectivas positivas para o crescimento do país, Mercadante elogiou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ao participar anteriormente do evento do BTG, Campos Neto afirmou que o crescimento do país não seria inferior a 2%. "Essa é a segunda vez que elogio o Banco Central", afirmou Mercadante.

"A instituição mais transparente do Brasil hoje é o BNDES"

Aloizio Mercadante

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187785?page=1§ion=1>

Queda de ação do Bradesco derruba Ibovespa

Matheus Prado, Augusto Decker, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca e Arthur Cagliari De São Paulo

A queda de dois dígitos das ações do Bradesco, após o banco apresentar balanço trimestral com lucro líquido e estimativas de desempenho abaixo das expectativas do mercado, decretou o dia negativo do Ibovespa ontem.

No exterior, com a temporada de resultados no radar, as bolsas de Nova York voltaram a alcançar máximas históricas.

O Ibovespa recuou 0,36%, aos 129.950 pontos, enquanto o S P 500 subiu 0,83%, a 4.995,22 pontos, no seu maior patamar; o Dow Jones teve alta de 0,40%, a 38.677,36 pontos, também no maior nível; e o Nasdaq avançou 0,95% a 15.756,64.

Bradesco ON e PN, com quedas de 13,02% e 15,90%, respectivamente, empurraram o referencial local para o campo negativo. O banco informou, antes da abertura, que o lucro recorrente do quarto trimestre de 2023 totalizou R\$ 2,878 bilhões, bem abaixo do consenso do mercado, e também apresentou projeções abaixo das expectativas, resultando em forte movimento de correção das ações.

"Resultado muito fraco e reação compreensível do mercado", diz um analista. "A queda foi muito em função da performance forte dos últimos dois dias. O mercado comprou a ideia de que, por conta da chegada do novo presidente e do anúncio em relação à Cielo, o banco fosse ter uma postura mais agressiva no "guidance". E isso foi frustrado", aponta um gestor. "Mas isso não representa perfeitamente o tamanho do "turnaround" que deve haver na empresa." O executivo nota que não há muito que o banco possa fazer sobre o seu estoque de crédito concedido.

"Mas o novo CEO vai começar a falar com o mercado, detalhar seu plano de ação, o que tende a ajudar o papel. Um exemplo disso é que vai contratar executivos de fora do banco, o que por si só já é um tabu ali, e para setores importantes: tecnologia e recursos humanos.

Contratar alguém de RH é emblemático, indica que vão mudar a forma de fazer certas coisas." Além da queda representativa, a ação teve o seu segundo

maior volume negociado em um dia desde 1994, segundo levantamento do Valor Data. Em novembro de 2022, pregão com o maior movimentação no período, o papel preferencial do banco tinha caído 17,38%, também após reportar números abaixo do esperado. Naquele dia, o volume negociado na ação foi de R\$ 8,06 bilhões, ou 22,5% dos R\$ 35,73 bilhões negociados no Ibovespa na mesma data.

Ontem, o volume foi de R\$ 4,93 bilhões em Bradesco PN, 17,63% dos R\$ 27,94 bilhões movimentados com papéis do índice.

Não obstante, Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital, entende que a temporada de balanços não deve ser tão contaminada. "No caso do Bradesco, como teve resultado e, principalmente, guidance abaixo, o mercado vai precisar revisar as estimativas de lucro", diz.

"Mas o Itaú teve resultado sólido e anunciou dividendos, assim como Petrobras e Vale devem anunciar proventos, o que pode segurar um pouco o índice. A melhora das empresas domésticas deve ocorrer nos próximos trimestres." Para Tambellini, o início do ano foi morno na bolsa por conta das incertezas em relação aos juros americanos e à China. "Mas não muda o cenário construtivo que virá à frente. O juro americano vai cair, a questão é quando. Quando o mercado se acalmar em relação a isso, os ativos devem voltar a andar.

E, em relação ao Brasil, tenho sentido em eventos a existência de um risco baixista para as projeções de **inflação** por parte de economistas, o que ajudaria ainda mais", afirma.

As "big techs" seguiram em destaque em Nova York, com alta de 2,11% da Microsoft e 2,75% da Nvidia, para além de boas performances de empresas que surpreenderam com resultados acima do consenso.

As ações da Ford subiram 5,97% depois de a empresa divulgar projeção de receita melhor que o estimado, enquanto a Chipotle Mexican subiu 7,05%, Eli Lilly avançou 2,82% e Fortinet subiu 3,78%.

No mercado de renda fixa, um leilão de US\$ 42 bilhões de títulos de 10 anos do Tesouro americano teve demanda um pouco maior do que a esperada e

fez os rendimentos caírem na sequência. No fim da tarde, as taxas voltaram a ser negociadas em níveis mais próximos dos ajustes da véspera. A taxa da Tnote de 10 anos avançou para 4,120%, de 4,103%. No mercado brasileiro, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 saiu de 10,255% para 10,265%. O dólar subiu 0,11%, cotado a R\$ 4,9679.

Hoje ocorre um leilão do Tbond de 30 anos. Segundo Padhraic Garvey, economista do ING, "os leilões de títulos de 10 e 30 anos serão testes importantes. O papel de 10 anos tem um rendimento mais baixo e ambos apresentam um risco de taxa de juros consideravelmente maior em relação ao de 3 anos", afirma.

Garvey avalia que há pressões de curto prazo que podem fazer os rendimentos subirem. "Vemos provas residuais suficientes na **inflação** tanto nos EUA como na zona do euro que ainda resistem em torno de 3% em muitas métricas, e ainda não estão caminhando de forma convincente à meta de 2%." Comentários de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o bc americano) reforçaram o tom de cauleta. A presidente do Fed de Boston, Susan Collins, disse que a decisão sobre o momento do corte será feita analisando os dados econômicos e suas implicações. Ela acredita que os juros podem começar a ser cortados mais para o fim do ano.

"Não muda cenário construtivo que virá à frente. Juro americano vai cair" Lucas Tambellini

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187785>

PIB pode crescer "um pouco acima de 2%" neste ano, diz Campos Neto

Estevão Taiar De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o Produto Interno Bruto (**PIB**) pode crescer mais de 2% neste ano. A estimativa oficial da autoridade monetária é de uma alta de 1,7%.

"[O crescimento] pode ser um pouco acima de 2%? Pode ser", disse em palestra virtual no evento Blue Connections, promovido pelo Meio Mensagem, em São Paulo.

Campos destacou que as projeções de superávit comercial na casa de US\$ 90 bilhões e de segunda melhor safra agrícola da história, mesmo em patamares menores do que os observados em 2023, são fatores positivos para a atividade econômica. "Precisamos ver as coisas em perspectiva", disse.

Ele também afirmou que a autoridade monetária enxerga um "cenário positivo para o consumo das famílias" - embora tenha lembrado que para o BC, responsável por colocar a **inflação** na meta, o "importante é que" esse processo "seja sustentável". Outro ponto mencionado foi que o governo federal "tem passado uma agenda grande de reformas".

Campos destacou ainda que a expectativa de crescimento econômico para este ano apresentada pelo mercado no Boletim Focus "vem subindo". A projeção mediana mais recente, segundo o relatório divulgado na terça-feira, é de alta de 1,6%. Já o Ministério da Fazenda calcula oficialmente crescimento de 2,2% para a economia brasileira em 2024.

Mas o titular da pasta, Fernando Haddad, também tem afirmado que o desempenho da atividade pode ficar acima do calculado.

O presidente do BC mencionou, no entanto, fatores necessários para que a alta do **PIB** surpreenda positivamente no Brasil.

Entre eles estão, "desinflação global benigna" e a expansão da economia americana também surpreendendo positivamente.

Sobre **inflação**, Campos afirmou que a trajetória de preços no país "está caindo" e "dentro do esperado

para convergência" à meta, mesmo com "uma ligeira piora" recente na **inflação** de serviços.

Mesmo assim, ele voltou a mostrar preocupação no evento com a situação fiscal dos Estados Unidos, destacando negativamente as projeções tanto para o custo de rolagem quanto para a trajetória da dívida pública do país. Também disse que as tensões geopolíticas, como as que ganharam força no Mar Vermelho recentemente, tendem a pressionar os custos globais de transporte.

"Agora voltou a ter um problema na parte logística", afirmou.

"Isso está escalando nas duas últimas semanas."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187785>

Dirigentes do Fed afastam chance de corte urgente nos juros

Eduardo Magossi De São Paulo

Quatro dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) - Adriana Kugler, presidente da regional de Boston; Susan Collins, de Mineápolis; Neel Kashkari; e Thomas Barkin, de Richmond - sugeriram ontem que não veem um argumento para justificar uma redução urgente nos juros americanos, ampliando o coro daqueles que consideram improvável um corte nas taxas antes de maio. Os quatro não se comprometeram sobre quando o banco central dos EUA poderá começar a reduzir a taxa básica de juros apesar de uma melhora na **inflação**.

Kashkari disse que, mesmo estando em terreno restritivo, talvez a política monetária não esteja fazendo pressão suficiente para desaquecer a demanda. "Considerando isso talvez seja prudente deixar os juros estáveis por mais tempo para analisar mais dados de **inflação**", afirmou à rede CNBC.

Kashkari ponderou, contudo, que o Fed não está esperando por dados melhores de **inflação**, mas dados adicionais que mostrem que a queda vista até aqui é sustentável.

"Vendo os dados de mais alguns meses, acho que nos daria muito mais confiança." Para Adriana Kugler, apesar de o processo de desinflação estar levando a **inflação** de volta à meta de 2%, uma questão em aberto é como será o comportamento do consumidor neste ano, e de que forma ele poderá ajudar ou criar obstáculos. "Acredito que os gastos dos consumidores irão crescer mais lentamente este ano do que no ano passado - o que deverá ajudar a desinflação. As poupanças excedentes acumuladas no início da pandemia sustentaram as despesas das famílias durante os últimos anos. Neste momento, estas poupanças provavelmente já se esgotaram, pelo menos para as famílias na metade inferior da distribuição de renda", disse no Brookings Institute.

Segundo Kugler, o Fed já começa a ver sinais de que algumas famílias estão sob maior pressão, tais como o aumento da inadimplência nos cartões de crédito. "Pesquisa com agentes de crédito de janeiro do Fed revelou um aperto contínuo dos padrões de empréstimo dos cartões de crédito. Estes sinais de condições financeiras restritivas apontam para um consumo mais lento. O crescimento das despesas

empresariais também deverá ser um pouco mais lento este ano, uma vez que o boom na construção de fábricas deve se estabilizar, embora em um nível elevado." Já Susan Collins afirma que, apesar de a economia americana ter registrado um 2023 um resultado extremamente positivo, com queda da **inflação** sem comprometer o mercado de trabalho, o Fed precisa ver mais evidências de que o processo desinflacionário irá continuar antes de começar a ajustar a política monetária de forma cuidadosa.

"Dados econômicos recentes mostram que o progresso em direção à meta de **inflação** definida pelo Fed pode ser acidentada, e é necessário mais tempo para discernir se algumas das tendências econômicas promissoras que vimos em 2023 irão se ampliar e persistir no futuro", disse no Boston Economic Club.

Tom Barkin não descarta nada no domínio da política monetária, dado um mercado de trabalho forte, o crescimento do produto interno bruto e sete meses de arrefecimento dos dados de **inflação**. "Faz sentido ser paciente" sobre o momento dos cortes nas taxas de juros em 2024", disse Barkin em entrevista.

"Eu poderia contar uma história de uma economia saudável e de uma **inflação** mais baixa.

Mas também poderia contar um monte de outras histórias"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187785>

Criminalidade e corrupção: maiores problemas do país

A maioria dos brasileiros acredita que os principais problemas do País são o tráfico de drogas e a criminalidade, além da corrupção. É o que aponta uma nova pesquisa Atlas Intel.

A criminalidade e o tráfico de drogas foram apontados como o principal problema do país por 59%, ante 61% no levantamento anterior, enquanto a corrupção foi mencionada por 58%, ante 50% em novembro.

De acordo com o levantamento, o percentual dos que apontam a economia e a **inflação** como os maiores problemas do Brasil atualmente caiu para 17%, ante 24% em novembro.

Os temas citados lideram com folga as principais preocupações da população. Segundo o levantamento, 59,4% disseram que o principal problema do Brasil envolve o tráfico de drogas e a criminalidade. A corrupção foi a segunda prática mais citada, com 57,6%.

A pobreza, o desemprego e a desigualdade social foram citados como o principal problema por 19,3% dos entrevistados.

Em seguida, aparecem "mau funcionamento da justiça" (17,5%) e "degradação do meio ambiente e aquecimento global" (16,9%).

O "extremismo e a polarização política" também mereceram destaque entre os entrevistados, recebendo 12,4% das menções e ficando entre os dez maiores problemas do País.

A pesquisa publicada terça- -feira (6) contou com 7.405 respondentes entre 28 de e 31 de janeiro. A margem de erro é de um ponto percentual, com um nível de confiança de 95%.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-02-07%2022:14:30.pdf>

Poupança tem retirada de R\$ 20 bilhões em janeiro

O saldo da aplicação na caderneta de poupança voltou a cair com o registro de mais saques do que depósitos em janeiro deste ano. As saídas superaram as entradas em R\$ 20,1 bilhões, de acordo com relatório divulgado ontem, em Brasília, pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 332,3 bilhões, contra saques de R\$ 352,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 5,2 bilhões.

O resultado negativo do mês passado, entretanto, foi menor do que o verificado em janeiro de 2023, quando os brasileiros sacaram R\$ 33,6 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

Já no mês anterior, dezembro de 2023, houve entrada líquida (mais depósitos que saques) de R\$ 13,8 bilhões.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 87,8 bilhões.

O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R\$ 103,24 bilhões, em um cenário de **inflação** e endividamento altos.

Juros - Os saques na poupança se dão, também, porque a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas para segurar a **inflação**. Hoje, a Selic está em 11,25% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R\$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida (mais depósitos que saques) recorde de R\$ 166,31 bilhões. Contribuíram

para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-08-02-2024/>

Alta do salário mínimo amplia poder de compra do brasileiro

ALEXANDRE NASCIMENTO

Novo piso de R\$1.412 começou a ser pago aos trabalhadores neste mês

O novo salário mínimo de R\$ 1.412 começou a ser pago neste mês de fevereiro para os trabalhadores brasileiros. Até o ano passado, o valor era de R\$ 1.320. O reajuste foi de 6,97%, acima da inflação medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que encerrou 2023 em 3,71%. Setores que contratam muitos funcionários dentro dessa faixa de renda, como alimentação e serviços gerais, acabam tendo impacto grande nos custos. Em contrapartida, a economia do país como um todo se beneficia, inclusive essas mesmas empresas.

Se, por um lado, além do valor do reajuste salarial em si, elas também precisam arcar com o aumento dos custos trabalhistas e previdenciários, atrelados ao mínimo, por outro, acabam favorecidas pelo acréscimo do dinheiro em circulação. Isso porque, com a renda maior, as pessoas tendem a consumir mais, e as empresas também faturam mais. "As famílias que tiveram reajuste dos salários poderão consumir mais. Ou seja, significa mais vendas, mais contratação de serviços e, portanto, o valor retorna, em parte, para as empresas com maiores receitas", afirma o economista e consultor Diogo Santos, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead/UFMG).

O especialista ainda levanta outra questão: o valor do salário mínimo é reajustado apenas uma vez ao ano. Portanto, enquanto os preços de vários produtos sobem, a renda permanece a mesma. "Ao longo desse período, as empresas absorveram esse aumento de preços para pagar seus custos, que também aumentaram durante o ano, como os de matéria-prima, de insumos ou para melhorar as margens", completa Santos.

REPOSIÇÃO. Outro ponto analisado é a concorrência, que, muitas vezes, impede que as empresas repassem imediatamente para os consumidores o valor do reajuste do salário mínimo. "O reajuste do salário mínimo é uma reposição em relação à inflação do ano anterior. Então, a depender da forma como a concorrência está em cada setor, pode ser que as empresas consigam repassar ou não para os preços

esse aumento de salários", conclui o economista.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que 59,3 milhões de pessoas ganhem um salário mínimo no Brasil, o que provocaria incremento da renda anual, no montante, de R\$ 69,9 bilhões. O Dieese avalia que o reajuste do piso provocará elevação de R\$ 37,7 bilhões na arrecadação tributária anual sobre o consumo no país.

Correção Lula. "Como reajuste do salário mínimo, parece que as pessoas vão voltar a pagar IR, mas não vão. As mudanças são para que quem ganha até dois salários não pague", afirmou o presidente, em janeiro de 2023.

IRPF 2024 Isenção para quem ganha até R\$2.824 O governo federal determinou aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), que passa a incluir pessoas físicas com remuneração mensal de até R\$ 2.824 -o que corresponde a dois salários mínimos. A decisão, que passa a valer neste mês, foi publicada em edição extra do "Diário Oficial da União" ("DOU") na noite de terça.

A isenção do pagamento do IR contempla 15,8 milhões de brasileiros, segundo o Ministério da Fazenda. "Ainda, devido à progressividade da tabela, todos os contribuintes do IRPF serão beneficiados com a alteração, ou seja, mais de 35 milhões de pessoas", diz a nota.

Esse é o segundo aumento da faixa de isenção desde o início do atual governo Lula. O teto estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015. A pasta estima redução de receita de R\$ 3 bilhões em 2024, mas haverá mais dinheiro para as famílias. (Agência Estado)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Saiba quanto é o salário mínimo em Portugal, Estados Unidos e outros países

É comum para os brasileiros se perguntarem qual é o valor do salário mínimo em Portugal em 2024, já que o país europeu também reajustou o valor desse tipo de renda. No Brasil, um novo salário mínimo entrou em vigor ao final de janeiro de 2024 .

Por aqui, o valor passou de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.412,00, o que equivale a um aumento de 6,97%. O ajuste foi calculado a partir da **inflação** apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve aumento de 3,85% no acumulado de 12 meses finalizados em novembro, acrescido do percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), que cresceu 3% em 2022.

Outros países também estabelecem o conceito de salário mínimo, que é uma remuneração mínima que trabalhadores, por lei, devem receber em troca do seu trabalho. No Brasil, o salário mínimo está previsto em lei desde 1936 e seu valor afeta uma série de aspectos econômicos para além do rendimento dos trabalhadores, como no caso do piso do **INSS** .

Quanto é o salário mínimo em Portugal 2024?

No final de 2023, o governo de Portugal anunciou o aumento do salário mínimo do país a partir de 2024: o valor foi de 760 euros para 820 euros por mês. O aumento foi de 7,8%.

Em levantamento da União Europeia realizado em 2023, o salário de Portugal, convertido em dólar, equivalia a US\$ 945 por mês.

Qual o salário mínimo nos Estados Unidos?

Nos Estados Unidos, o salário mínimo é calculado por hora trabalhada. Com isso, o valor pode ser diferente entre um mês e outro. O valor federal do salário mínimo é de US\$ 7,25 por hora, o equivalente a US\$ 1.160 ao mês, desde 2009.

Além disso, cidades e estados norte-americanos possuem valores próprios de salário mínimo. O maior valor está presente no estado de Washington, com US\$ 16,28 de remuneração mínima por hora a partir de 2004, de acordo com a organização Economic Policy Institute. Os 5 maiores salários mínimos entre estados dos EUA em 2024 são:

De acordo com a mesma organização, 20 estados dos

EUA utilizam apenas o valor de salário mínimo federal (US\$ 7,25 por hora) como remuneração mínima de trabalhadores de seus estados.

Qual o salário mínimo em outros países?

Outros países também possuem mecanismos como o salário mínimo além de Estados Unidos e Portugal. Na América Latina, de acordo com levantamento feito em 2023 pelo site Bloomberg Línea , o salário mínimo mais alto é o da Costa Rica. Na conversão para o dólar da época, os 5 salários mínimos latino-americanos mais altos foram elencados da seguinte maneira:

O Brasil, à época, tinha salário mínimo de U\$ 250, de acordo com o levantamento, atrás de países como a Bolívia (US\$ 325), Paraguai (US\$ 349) e El Salvador (US\$ 365).

Outros países também possuem recursos como o salário mínimo. Na África do sul, por exemplo, o valor equivalia a US\$ 210 em 2023. Já na China, o valor de remuneração mínima é diferente de acordo com a região, sendo que a área de Xangai pagava o maior salário mínimo do país, de US\$ 400 por mês.

Qual o país que tem o maior salário mínimo do mundo?

O maior salário mínimo do mundo, de acordo com dados de 2023 da União Europeia, é o de Luxemburgo, com valor de US\$ 2.545. O top 5 de maiores salários mínimos do continente, entre os países que têm esse recurso estabelecido por lei, é formado por:

Apesar de valores de salário mínimo ao redor do planeta parecerem atrativos em um primeiro momento, é fundamental considerar que o custo de vida em algumas áreas pode variar. Um estudo publicado pela Economist Intelligence Unit (EIU) mostrou as cidades mais caras do mundo para se viver . Nova York, Los Angeles, Paris e São Francisco aparecem no ranking.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/saiba-quanto-e-o-salario-minimo-em-portugal-estados-unidos-e-outros-paises,79ea0c688bd79965ebf90de0c8bc87b48ir5wb65.ht ml>